



Demonstrações Contábeis 2024

Sumário das Notas Explicativas

Demonstrações Contábeis	
Balanco Patrimonial Consolidado	3
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – Consolidada	4
Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Regulamento Complementar n� 1	5
Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Regulamento Complementar n� 2	6
Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Regulamento Geral	7
Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios PrevMais	8
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Regul. Complementar n� 1	9
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Regul. Complementar n� 2	10
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Regulamento Geral	11
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios PrevMais	12
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Consolidado	13
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Regulamento Complementar n� 1	14
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Regulamento Complementar n� 2	15
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Regulamento Geral	16
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios PrevMais	17
Notas Explicativas	
1. Contexto Operacional	18
2. Base para Apresenta�o das Demonstra�es Contábeis	20
3. Principais Práticas Contábeis	21
4. Gestão de Riscos	28
5. Realizável da Gestão Previdencial	33
6. Realizável da Gestão Administrativa	34
7. Realizável de Investimentos	35
8. Perfil de Investimentos – Plano de Benefícios PrevMais	47
9. Imobilizado e Intangível	48
10. Exigível Operacional	48
11. Exigível Contingencial	48
12. Provisões Matemáticas	52
13. Equilíbrio Técnico	57
14. Fundos	64
15. Resultado Administrativo	65
16. Resultado dos Investimentos	68
17. Transa�es Entre Partes Relacionadas	68
18. Gestão Assistencial	69
19. Aprova�o das Demonstra�es Contábeis	70
20. Outras Informa�es	70
21. Eventos subsequentes	71

Balanco Patrimonial Consolidado

ATIVO	Nota	2024	2023	PASSIVO	Nota	2024	2023
DISPONÍVEL		59	58	EXIGÍVEL OPERACIONAL	10	24.450	22.604
				Gestão Previdencial		15.470	14.284
				Gestão Administrativa		7.154	6.636
				Investimentos		1.826	1.684
REALIZÁVEL		11.348.776	10.769.100	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	11	454.539	327.817
Gestão Previdencial	5	1.049.550	1.084.208	Gestão Previdencial		322.207	305.794
Gestão Administrativa	6	141.304	35.896	Gestão Administrativa		132.332	20.292
Investimentos	7	10.157.922	9.648.996	Investimentos		-	1.731
Títulos Públicos	7.1	6.825.194	6.059.937	PATRIMÔNIO SOCIAL		10.870.493	10.419.574
Ativos Financeiros de Créditos Privados	7.2	267.951	161.304	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO		10.788.052	10.249.531
Fundos de Investimento	7.3	2.610.147	2.973.374	Provisões Matemáticas	12	11.145.332	10.609.023
Investimentos em Imóveis	7.5	145.544	140.884	Benefícios Concedidos		9.287.158	9.106.910
Operações com Participantes	7.5	304.553	273.132	Benefícios a Conceder		3.074.367	2.783.648
Depósitos Judiciais/Recursais	7.6	-	1.702	(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(1.216.193)	(1.281.535)
Recursos a Receber - Precatórios	7.7	-	34.429	Equilíbrio Técnico	13	(357.280)	(359.492)
Outros Realizáveis	7.8	4.533	4.234	Resultados Realizados		(357.280)	(359.492)
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	9	647	837	Superávit Técnico Acumulado		130.299	144.231
Imobilizado		588	758	(-) Déficit Técnico Acumulado		(487.579)	(503.723)
Intangível		59	79	FUNDOS	14	82.441	170.043
GESTÃO ASSISTENCIAL	18	599.209	353.691	Fundos Previdenciais		16.809	13.549
				Fundos Administrativos		49.361	141.978
				Fundos para Garantia das Operações com Participantes		16.271	14.516
				GESTÃO ASSISTENCIAL	18	599.209	353.691
TOTAL DO ATIVO		11.948.691	11.123.686	TOTAL DO PASSIVO		11.948.691	11.123.686

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho

 Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Saúde e Relacionamento

 Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

 Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
Consolidada

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

DESCRIÇÃO		NOTA	2024	2023	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício			10.419.574	9.804.843	6,27
1. Adi�es			1.496.926	1.501.209	(0,29)
(+)	Contribui�es Previdenciais		487.426	450.594	8,17
(+)	Portabilidade		670	-	100,00
(+)	Atualiza�o de Depósitos Judiciais/Recursais		937	681	37,59
(+)	Outras Adi�es Previdenciais		1.411	324	335,49
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	16.1 e 16.2	923.457	963.567	(4,16)
(+)	Receitas Administrativas	15.1	71.560	67.914	5,37
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	15.1, 16.1 e 16.2	9.710	15.737	(38,30)
(+)	Constitui�o de Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes		1.755	2.392	(26,63)
2. Dedu�es			(1.046.007)	(886.478)	18,00
(-)	Benefícios		(827.929)	(794.078)	4,26
(-)	Resgates		(2.638)	(2.754)	(4,21)
(-)	Portabilidades		(469)	(607)	(22,73)
(-)	Desonera�o de Contribui�es de Patrocinador (es)		-	(296)	(100,00)
(-)	Outras Dedu�es		(2.621)	(50)	5.142,00
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial		(38.463)	(21.187)	81,54
(-)	Despesas Administrativas	15.2	(63.349)	(59.696)	6,12
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Administrativa		(110.538)	(7.810)	1.315,34
3. Acréscimo/(Decréscimo) no Patrimônio Social (1+2)			450.919	614.731	(26,65)
(+/-)	Provisões Matemáticas		536.309	548.061	(2,14)
(+/-)	Superávit Técnico do Exercício		2.212	45.013	(95,09)
(+/-)	Fundos Previdenciais		3.260	3.120	4,49
(+/-)	Fundos Administrativos	15.3	(92.617)	16.145	(673,66)
(+/-)	Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes		1.755	2.392	(26,63)
4. Outros Eventos do Patrimônio Social			-	-	-
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3+4)			10.870.493	10.419.574	4,33
6. Gestão Assistencial			225.898	14.092	1.503,02
(+)	Receitas Assistenciais		481.467	172.067	179,81
(-)	Despesas Assistenciais		(255.569)	(157.975)	61,78

 Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
 Presidente

 Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Saúde e Relacionamento

 Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

 Tadeu Pignon Horta Fernandes
 Contador

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios
Regulamento Complementar nº 1

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

DESCRIÇÃO	2024	2023	Variação (%)
1. Ativos	111.665	111.257	0,37
Disponível	10	11	(9,09)
Recebíveis Previdencial	13.665	20.124	(32,10)
Investimentos	97.990	91.122	7,54
Títulos Públicos	68.883	56.666	21,56
Ativo Financeiros de Crédito Privados	5.923	3.530	67,79
Fundos de Investimento	14.320	21.544	(33,53)
Operações com Participantes	8.864	9.382	(5,52)
2. Obrigações	12.569	12.595	(0,21)
Operacional	2.307	1.548	49,03
Contingencial	10.262	11.047	(7,11)
3. Fundos não Previdenciais	2.906	6.335	(54,13)
Fundos Administrativos	2.625	6.105	(57,00)
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	281	230	22,17
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	96.190	92.327	4,18
Provisões Matemáticas	94.565	87.377	8,23
Superávit Técnico	1.625	4.950	(67,17)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado (Nota 13.1)			
a) Equilíbrio Técnico	1.625	4.950	(67,17)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	1.625	4.950	(67,17)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigion Horta Fernandes
Contador

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios
Regulamento Complementar nº 2

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

DESCRIÇÃO	2024	2023	Variação (%)
1. Ativos	70.906	73.111	(3,02)
Disponível	11	11	-
Recebíveis Previdencial	4.627	9.885	(53,19)
Investimentos	66.268	63.215	4,83
Títulos Públicos	44.824	38.592	16,15
Ativo Financeiros de Crédito Privados	3.529	1.177	199,83
Fundos de Investimento	14.833	19.847	(25,26)
Operações com Participantes	3.082	3.599	(14,37)
2. Obrigações	3.612	3.561	1,43
Operacional	1.610	1.365	17,95
Contingencial	2.002	2.196	(8,83)
3. Fundos não Previdenciais	3.028	7.699	(60,67)
Fundos Administrativos	2.871	7.566	(62,05)
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	157	133	18,05
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	64.266	61.851	3,90
Provisões Matemáticas	50.246	50.226	0,04
Superávit Técnico	14.020	11.625	20,60
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado (Nota 13.2)			
a) Equilíbrio Técnico	14.020	11.625	20,60
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	14.020	11.625	20,60

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios
Regulamento Geral

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

DESCRIÇÃO	2024	2023	Variação (%)
1. Ativos	7.672.349	7.459.698	2,85
Disponível	11	11	-
Recebíveis Previdencial	1.063.897	1.147.863	(7,31)
Investimentos	6.608.441	6.311.824	4,70
Títulos Públicos	5.949.663	5.456.796	9,03
Ativo Financeiros de Crédito Privados	113.924	85.945	32,55
Fundos de Investimento	296.189	497.002	(40,40)
Investimentos em Imóveis	145.544	140.884	3,31
Operações com Participantes	98.588	90.832	8,54
Depósitos Judiciais/Recurais	-	1.702	(100,00)
Recursos a Receber - Precatórios	-	34.429	(100,00)
Outros Realizáveis	4.533	4.234	7,06
2. Obrigações	320.938	304.808	5,29
Operacional	11.079	10.874	1,89
Contingencial	309.859	293.934	5,42
3. Fundos não Previdenciais	37.359	89.696	(58,35)
Fundos Administrativos	27.302	80.468	(66,07)
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	10.057	9.228	8,98
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	7.314.052	7.065.194	3,52
Provisões Matemáticas	7.801.631	7.568.918	3,07
Déficit Técnico	(487.579)	(503.724)	(3,21)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado (Nota 13.3)			
a) Equilíbrio Técnico	(487.579)	(503.724)	(3,21)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	451.409	430.056	4,97
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(36.170)	(73.668)	(50,90)

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigion Horta Fernandes
Contador

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios
PrevMais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

DESCRIÇÃO	2024	2023	Variação (%)
1. Ativos	3.355.076	3.099.001	8,26
Disponível	11	12	(8,33)
Recebíveis Previdencial	16.722	48.314	(65,39)
Investimentos	3.338.343	3.050.675	9,43
Títulos Públicos	751.131	498.240	50,76
Ativo Financeiros de Crédito Privados	144.575	70.652	104,63
Fundos de Investimento	2.248.618	2.312.464	(2,76)
Operações com Participantes	194.019	169.319	14,59
2. Obrigações	2.384	2.529	(5,73)
Operacional	2.300	2.181	5,46
Contingencial	84	348	(75,86)
3. Fundos não Previdenciais	22.339	52.764	(57,66)
Fundos Administrativos	16.563	47.839	(65,38)
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	5.776	4.925	17,28
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	3.330.353	3.043.708	9,42
Provisões Matemáticas	3.198.890	2.902.502	10,21
Superávit Técnico	114.654	127.657	(10,19)
Fundos Previdenciais	16.809	13.549	24,06
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado (Nota 13.4)			
a) Equilíbrio Técnico	114.654	127.657	(10,19)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	114.654	127.657	(10,19)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigion Horta Fernandes
Contador

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios
Regulamento Complementar n  1

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

DESCRI�O		2024	2023	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		92.327	82.796	11,51
1. Adi�es		12.954	15.510	(16,48)
(+)	Contribui�es	3.838	5.458	(29,68)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	9.054	9.749	(7,13)
(+)	Atualiza�o Depósitos Judiciais/Recurais	44	71	(38,03)
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	65	(100,00)
(+)	Outras Adi�es	18	167	(89,22)
2. Dedu�es		(9.091)	(5.979)	52,05
(-)	Benefícios	(3.671)	(2.943)	24,74
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(413)	-	100,00
(-)	Custeio Administrativo	(3.115)	(3.034)	2,67
(-)	Outras Dedu�es	(1.892)	(2)	94.500,00
3. Acréscimo/(Decréscimo) no Ativo Líquido (1+2)		3.863	9.531	(59,47)
(+/-)	Provisões Matemáticas	7.188	4.318	66,47
(+/-)	Superávit / (Déficit) Técnico do Exercício	(3.325)	5.213	(163,78)
4. Outros Eventos do Ativo Líquido		-	-	-
5. Opera�es Transitórias		-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4+5)		96.190	92.327	4,18
C) Fundos não Previdenciais		(3.429)	(504)	580,36
(+/-)	Fundos Administrativos	(3.480)	(554)	528,16
(+/-)	Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes	51	50	2,00

As notas explicativas da administra o são parte integrante das demonstra es contábeis.

 Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
 Presidente

 Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Saúde e Relacionamento

 Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

 Tadeu Pigioli Horta Fernandes
 Contador

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios
Regulamento Complementar n  2

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

DESCRI�O		2024	2023	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		61.851	56.045	10,36
1. Adi�es		9.108	10.125	(10,04)
(+)	Contribui�es	2.789	2.897	(3,73)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.213	7.024	(11,55)
(+)	Atualiza�o Depósitos Judiciais/Recursais	74	52	42,31
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	77	(100,00)
(+)	Outras Adi�es	32	75	(57,33)
2. Dedu�es		(6.693)	(4.319)	54,97
(-)	Benefícios	(3.378)	(1.390)	143,02
(-)	Resgates	-	(13)	(100,00)
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(525)	-	100,00
(-)	Custeio Administrativo	(2.790)	(2.897)	(3,69)
(-)	Outras Dedu�es	-	(19)	(100,00)
3. Acréscimo/(Decréscimo) no Ativo Líquido (1+2)		2.415	5.806	(58,41)
(+/-)	Provisões Matemáticas	20	(829)	(102,41)
(+/-)	Superávit Técnico do Exercício	2.395	6.635	(63,90)
4. Outros Eventos do Ativo Líquido		-	-	-
5. Opera�es Transitórias		-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4+5)		64.266	61.851	3,90
C) Fundos não Previdenciais		(4.671)	(763)	512,19
(+/-)	Fundos Administrativos	(4.695)	(792)	492,80
(+/-)	Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes	24	29	(17,24)

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioli Horta Fernandes
Contador

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios
Regulamento Geral

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

DESCRIÇÃO		2024	2023	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		7.065.194	6.881.375	2,67
1. Adic�es		1.015.547	906.118	12,08
(+)	Contribui�es	348.813	317.955	9,71
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	664.570	587.523	13,11
(+)	Atualiza�o Depósitos Judiciais/Recursais	819	558	46,77
(+)	Outras Adic�es	1.345	82	1.540
2. Dedu�es		(766.689)	(722.299)	6,15
(-)	Benefícios	(718.666)	(690.791)	4,04
(-)	Resgates	(93)	(627)	(85,17)
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(37.386)	(21.344)	75,16
(-)	Custeio Administrativo	(9.816)	(9.536)	2,94
(-)	Outras Dedu�es	(728)	(1)	72.700,00
3. Acréscimo/(Decréscimo) no Ativo Líquido (1+2)		248.858	183.819	35,38
(+/-)	Provisões Matemáticas	232.713	184.303	26,27
(+/-)	Superávit / (Déficit) Técnico do Exercício	16.145	(484)	(3.435,74)
4. Outros Eventos do Ativo Líquido		-	-	-
5. Opera�es Transitórias		-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4+5)		7.314.052	7.065.194	3,52
C) Fundos não Previdenciais		(52.337)	11.121	(570,61)
(+/-)	Fundos Administrativos	(53.166)	9.940	(634,87)
(+/-)	Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes	829	1.181	(29,81)

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioli Horta Fernandes
Contador

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios
PrevMais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

DESCRI�O		2024	2023	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		3.043.708	2.646.670	15,00
1. Adi�es		402.166	508.684	(20,94)
(+)	Contribui�es	157.860	149.398	5,66
(+)	Portabilidade	670	-	100,00
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	243.620	359.271	(32,19)
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	15	(100,00)
(+)	Outras Adi�es	16	-	100,00
2. Dedu�es		(115.520)	(111.646)	3,47
(-)	Benefícios	(102.214)	(98.954)	3,29
(-)	Resgates	(2.545)	(2.114)	20,39
(-)	Portabilidade	(469)	(607)	(22,73)
(-)	Desonera�o de Contribui�es de Patrocinador (es)	-	(296)	(100,00)
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(139)	-	100,00
(-)	Custeio Administrativo	(10.153)	(9.647)	5,25
(-)	Outras Dedu�es	-	(28)	(100,00)
3. Acréscimo/(Decréscimo) no Ativo Líquido (1+2)		286.646	397.038	(27,80)
(+/-)	Provisões Matemáticas	296.388	360.269	(17,73)
(+/-)	Fundos Previdenciais	3.260	3.120	4,49
(+/-)	Superávit / (Déficit) Técnico do Exercício	(13.003)	33.649	(138,64)
4. Outros Eventos do Ativo Líquido		-	-	-
5. Opera�es Transitórias		-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4+5)		3.330.354	3.043.708	9,42
C) Fundos não Previdenciais		(30.425)	8.683	(450,40)
(+/-)	Fundos Administrativos	(31.276)	7.551	(514,20)
(+/-)	Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes	851	1.132	(24,82)

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa
Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

DESCRIÇÃO	2024	2023	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior:	141.978	125.833	12,83
1. Custeio da Gestão Administrativa	81.270	83.651	(2,85)
1.1. Receitas	81.270	83.651	(2,85)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	25.873	25.114	3,02
Custeio Administrativo dos Investimentos	14.352	13.443	6,76
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	1.778	1.687	5,39
Reembolso da Gestão Assistencial	27.395	27.583	(0,68)
Receitas Diretas	1	7	(85,71)
Atualização de Depósitos Judiciais/Recursais	13	9	44,44
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	9.710	15.737	(38,30)
Outras Receitas	2.148	71	2.925,35
2. Despesas Administrativas	63.349	59.696	6,12
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	35.954	32.113	11,96
Pessoal e Encargos	22.684	21.329	6,35
Treinamentos/Congressos e Seminários	348	191	82,20
Viagens e Estadias	55	17	223,53
Serviços de Terceiros	9.742	7.862	23,91
Despesas Gerais	1.988	1.665	19,40
Depreciações e Amortizações	222	151	47,02
Tributos	915	898	1,89
2.3. Administração Assistencial - Despesa e Constituição/Reversão de Contingências	27.395	27.583	(0,68)
3. Constituição/(Reversão) de Contingências Administrativas	110.538	7.810	1.315,34
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobre/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(92.617)	16.145	(673,66)
7. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (6)	(92.617)	16.145	(673,66)
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	49.361	141.978	(65,23)

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
 Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigion Horta Fernandes
 Contador

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios
Regulamento Complementar nº 1

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

DESCRIÇÃO	2024	2023	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	109.040	105.152	3,70
1. Provisões Matemáticas	94.565	87.377	8,23
1.1. Benefícios Concedidos	13.387	13.763	(2,73)
Benefício Definido	13.387	13.763	(2,73)
1.2. Benefício a Conceder	81.178	78.003	4,07
Benefício Definido	81.178	78.003	4,07
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	(4.389)	(100,00)
(-) Equacionamento de Déficit a Integralizar	-	(4.389)	(100,00)
(-) Participantes	-	(4.373)	(100,00)
(-) Assistidos	-	(16)	(100,00)
2. Equilíbrio Técnico	1.625	4.950	(67,17)
2.1. Resultados Realizados	1.625	4.950	(67,17)
Reserva de Contingência	1.625	4.950	(67,17)
3. Fundos	281	230	22,17
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	281	230	22,17
4. Exigível Operacional	2.307	1.548	49,03
4.1. Gestão Previdencial	2.281	1.526	49,48
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	26	22	18,18
5. Exigível Contingencial	10.262	11.047	(7,11)
5.1. Gestão Previdencial	10.262	11.047	(7,11)

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
 Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigion Horta Fernandes
 Contador

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios
Regulamento Complementar nº 2

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

DESCRIÇÃO	2024	2023	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	68.035	65.545	3,80
1. Provisões Matemáticas	50.246	50.226	0,04
1.1. Benefícios Concedidos	2.013	2.110	(4,60)
Benefício Definido	2.013	2.110	(4,60)
1.2. Benefício a Conceder	48.233	48.116	0,24
Benefício Definido	48.233	48.116	0,24
2. Equilíbrio Técnico	14.020	11.625	20,60
2.1. Resultados Realizados	14.020	11.625	20,60
Superávit Técnico Acumulado	14.020	11.625	20,60
Reserva de Contingência	7.954	8.593	(7,44)
Reserva Especial para Revisão do Plano	6.066	3.032	100,07
3. Fundos	157	133	18,05
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	157	133	18,05
4. Exigível Operacional	1.610	1.365	17,95
4.1. Gestão Previdencial	1.597	1.352	18,12
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	13	13	-
5. Exigível Contingencial	2.002	2.196	(8,83)
5.1. Gestão Previdencial	2.002	2.196	(8,83)

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
 Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios
Regulamento Geral

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

DESCRIÇÃO	2024	2023	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	7.645.047	7.379.230	3,60
1. Provisões Matemáticas	7.801.631	7.568.918	3,07
1.1. Benefícios Concedidos	8.447.884	8.279.518	2,03
Benefício Definido	8.447.884	8.279.518	2,03
1.2. Benefício a Conceder	569.940	566.546	0,60
Benefício Definido	569.940	566.546	0,60
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(1.216.193)	(1.277.146)	(4,77)
(-) Equacionamento de Déficit a Integralizar	(1.216.193)	(1.277.146)	(4,77)
(-) Patrocinador(es)	(182.429)	(191.565)	(4,77)
(-) Participantes	(48.880)	(69.526)	(29,70)
(-) Assistidos	(984.884)	(1.016.055)	(3,07)
2. Equilíbrio Técnico	(487.579)	(503.724)	(3,21)
2.1. Resultados Realizados	(487.579)	(503.724)	(3,21)
(-) Déficit Técnico	(487.579)	(503.724)	(3,21)
3. Fundos	10.057	9.228	8,98
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	10.057	9.228	8,98
4. Exigível Operacional	11.079	10.874	1,89
4.1. Gestão Previdencial	10.020	9.859	1,63
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.059	1.015	4,33
5. Exigível Contingencial	309.859	293.934	5,42
5.1. Gestão Previdencial	309.859	292.203	6,04
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	-	1.731	(100,00)

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
 Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios
PrevMais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

DESCRIÇÃO	2024	2023	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	3.338.513	3.051.162	9,42
1. Provisões Matemáticas	3.198.890	2.902.502	10,21
1.1. Benefícios Concedidos	823.874	811.519	1,52
Contribuição Definida	345.461	356.708	(3,15)
Benefício Definido	478.413	454.811	5,19
1.2. Benefício a Conceder	2.375.016	2.090.983	13,58
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	1.132.180	991.196	14,22
Saldo de Contas - Parcela Participantes	1.153.650	1.008.953	14,34
Saldo de Contas - Parcela Participantes EFPC	957	304	214,80
Benefício Definido	88.229	90.530	(2,54)
2. Equilíbrio Técnico	114.654	127.657	(10,19)
2.1. Resultados Realizados	114.654	127.657	(10,19)
Superávit Técnico Acumulado	114.654	127.657	(10,19)
Reserva de Contingência	114.654	120.348	(4,73)
Reserva Especial para Revisão do Plano	-	7.309	(100,00)
3. Fundos	22.585	18.474	22,25
3.1. Fundos Previdenciais	16.809	13.549	24,06
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	5.776	4.925	17,28
4. Exigível Operacional	2.300	2.181	5,46
4.1. Gestão Previdencial	1.572	1.547	1,62
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	728	634	14,83
5. Exigível Contingencial	84	348	(75,86)
5.1. Gestão Previdencial	84	348	(75,86)

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
 Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

1. Contexto Operacional

O **Economus - Instituto de Seguridade Social** (“Economus” ou “Entidade”), com sede na Rua Quirino de Andrade, nº 185, em São Paulo/SP, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída em 1º de setembro de 1977, cuja autorização para funcionamento foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Portaria nº 2.204, DOU de 01/08/1980.

Em novembro de 2009, o Banco Nossa Caixa S.A. (BNC) foi incorporado pelo Banco do Brasil S.A., que, desde então, assumiu as obrigações relacionadas aos planos de previdência complementar e assistência à saúde.

O Economus é patrocinado pelo Banco do Brasil S.A. e pelo próprio Economus, tendo como objetivo administrar planos de previdência na modalidade de Benefício Definido (BD) e de Contribuição Variável (CV), exclusivamente para os empregados do Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., e do Economus.

Também opera planos de assistência à saúde, na modalidade de autogestão, regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), registrados sob o nº 34.2611 e destinados a prover assistência médica aos empregados do Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., do Economus e aos beneficiários dos planos de assistência à saúde do Fundo Economus de Assistência Social (Feas).

Os recursos de que o Economus dispõe são oriundos de contribuições dos seus patrocinadores (Banco do Brasil S.A. e Economus), participantes e assistidos, e dos rendimentos das aplicações desses recursos, que obedecem ao disposto em Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Durante o exercício, o Economus efetuou diversas operações nos mercados financeiro e de capitais com o Banco do Brasil S.A. e com sua subsidiária BB Asset Management, além de outras instituições financeiras. Mantém ainda com o Banco do Brasil S.A. contrato de prestação de serviços de liquidação financeira e custódia de seus ativos.

As entidades fechadas de previdência complementar estão isentas do Imposto de Renda Pessoa Jurídica desde janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29/12/2004, e com a Instrução Normativa da SRF nº 588, de 21/12/2005, alteradas pelas Instruções Normativas SRF nº 667 e nº 1.315, de 27/07/2006 e de 03/01/2013, respectivamente.

Planos Administrados

O Economus administra quatro planos de benefícios inscritos no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB) e a partir de 2022 no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Desses, três planos estão estruturados na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável. A atividade operacional do Economus é registrada no Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Plano Regulamento Complementar nº 1 - Plano estruturado na modalidade de Benefício Definido, CNPB 19.780.002-19, CNPJ 48.306.557/0001-81, destinado aos empregados do

Patrocinador Banco do Brasil, oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., admitidos originariamente pelo regime de CLT, até 13/05/1974, e protegidos pelas Leis Estaduais nº 1.386/1951 e nº 4.819/1958, fechado para novas adesões desde 1997. Assegura o pagamento do benefício de pecúlio por morte para os dependentes dos participantes habilitados ao recebimento de pensão.

Plano Regulamento Complementar nº 2 - Plano estruturado na modalidade de Benefício Definido, CNPB 19.780.003-83, CNPJ 48.306.558/001-26, destinado aos empregados do Patrocinador Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., optantes pelo regime da CLT, na forma prevista pela Lei Estadual nº 10.430/71 e Decreto nº 7.711/76, fechado para novas adesões desde 1997. Assegura o pagamento do benefício de pecúlio por morte para os dependentes dos participantes habilitados ao recebimento de pensão.

Plano Regulamento Geral - Plano estruturado na modalidade de Benefício Definido, CNPB 19.780.001-38, CNPJ 48.306.556/0001-37, destinado aos empregados dos Patrocinadores Banco do Brasil, oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., e Economus, admitidos originariamente pelo regime da CLT, após 13/05/1974. O plano encontra-se em extinção, fechado para novas adesões desde 2006. Além dos assistidos, ele conta com os participantes ativos que optaram pelo saldamento do benefício, com os participantes ativos que não efetuaram essa opção e ainda com participantes em benefício proporcional diferido. Assegura o pagamento da complementação de benefícios de prestação continuada de aposentadorias, pensão por morte, auxílio-reclusão, auxílio-adicional e auxílio-doença, além do benefício de pecúlio por morte e por invalidez, estes dois últimos pagos em forma de prestação única.

Em 10/11/2004, o Conselho Deliberativo do Economus aprovou o saldamento do Plano de Benefícios Regulamento Geral para os empregados do extinto Banco Nossa Caixa S.A., incorporado pelo Banco do Brasil S.A. O processo de saldamento também foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), em 30/12/2005, pelo Ofício nº 2.713.

De forma concomitante ao saldamento, foi aprovado o Regulamento do Plano de Benefícios PrevMais, em 05/07/2006, na modalidade de Contribuição Variável (CV), pelo Ofício nº 1.987.

Plano PrevMais - Plano estruturado na modalidade de Contribuição Variável (CV), CNPB 20.060.034-29, CNPJ 48.307.319/0001-90, destinado aos empregados dos Patrocinadores Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., e Economus, implantado quando da realização do processo de saldamento do Plano do Regulamento Geral, aberto para novas adesões, no qual o valor dos benefícios programados é definido com base no montante financeiro individual formado pelas contribuições acumuladas e respectivos resultados dos investimentos até a data da concessão. No momento da concessão do benefício de aposentadoria, o participante pode optar por um benefício de renda financeira ou vitalícia. Os benefícios de risco (invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-funeral) são determinados com base no Salário de Benefício (SB) e no Padrão Previdenciário Economus (PPE, unidade de referência utilizada pelo Economus).

Plano de Gestão Administrativa - PGA - Tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa do Economus, CNPJ 49.320.799/0001-92 na forma do seu Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo, conforme revisão em fevereiro de 2023, Ata nº 464, e vigência a partir de 01/01/2023.

Quadro de Participantes

Em 31 de dezembro de 2024, o Economus possuía 22.560 participantes (22.777, em 2023), compostos da seguinte forma:

Descrição	Regulamento Complementar nº1		Regulamento Complementar nº2		Regulamento Geral		PrevMais	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Ativos ^(a)	1.006	1.029	611	662	10	12	6.265	6.316
Aposentados	6	6	-	-	8.320	8.395	3.072	3.079
Pensões	3	3	3	3	777	741	233	211
Participantes em Benefício Proporcional Diferido (BPD)	-	-	-	-	2	2	77	93
Autopatrocinado	-	-	-	-	-	-	33	31
Ativos - Optantes pelo Saldamento	-	-	-	-	1.940	1.992	-	-
Participantes em outras situações ^(b)	-	-	-	-	-	-	202	202
Total de Participantes	1.015	1.038	614	665	11.049	11.142	9.882	9.932

(a) Ativos em relação aos planos de benefícios.

(b) desligados que não manifestaram opção pelos institutos legais assegurados pelo plano; com contribuição suspensa; desligados do plano; aguardando concessão de benefício; aguardando concessão do Instituto; ou falecidos.

2. Base para Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Economus foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). Essas demonstrações seguem as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pronunciamentos contábeis aplicáveis às EFPC.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões (Previdencial, Administrativa e Assistencial) e o fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, conforme segue:

Gestão Previdencial: atividade de registro e controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos de benefício proporcional diferido, portabilidade, resgate e autopatrocínio, bem como da mutação patrimonial do plano de benefícios.

Gestão Administrativa: atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios, de caráter previdencial e assistencial. A segregação das despesas administrativas entre as gestões previdencial e assistencial leva em consideração critérios preestabelecidos, aprovados pela Diretoria Executiva.

Gestão Assistencial: atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios, bem como do resultado do plano de benefícios de caráter assistencial, com registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) tem como objetivo administrar planos de assistência à saúde.

Em atendimento à legislação vigente, o Economus está apresentando as informações financeiras dos planos assistenciais em separado, demonstrado nas Informações Suplementares da Gestão Assistencial (nota explicativa nº 18).

Investimentos: referem-se ao registro e controle das aplicações dos planos de benefícios de caráter previdencial e do PGA.

As Demonstrações Contábeis consolidadas incluem os saldos das contas dos Planos de Benefícios Regulamento Complementar nº 1 e nº 2, Regulamento Geral, PrevMais e do PGA. Cada plano de benefícios tem sua contabilidade estruturada em Gestão Previdencial e Investimentos.

Conforme a legislação vigente, as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

Balço Patrimonial: Apresenta, de forma consolidada, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos;

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS: Apresenta, de forma consolidada, as movimentações ocorridas no Patrimônio Social dos planos da Entidade;

Demonstração do Ativo Líquido – DAL: Apresenta, por plano de benefícios, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais dos planos da Entidade;

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL: Apresenta, por plano de benefícios, as mutações ocorridas no Ativo Líquido no exercício;

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA: Apresenta, de forma consolidada e por plano de benefícios, o resultado da atividade administrativa da Entidade e as movimentações do fundo administrativo ocorridas no exercício;

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT: Apresenta, por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas no final do exercício;

Notas Explicativas: Apresenta as políticas contábeis significativas e dá outras informações.

Os quadros, as informações e os demonstrativos das notas explicativas foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual o Economus atua. As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de Reais.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Economus na elaboração das Demonstrações Contábeis, bem como a legislação pertinente estão resumidas a seguir:

3.1. Premissas e Estimativas contábeis

A Administração se utiliza de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. As principais mensurações patrimoniais que utilizam premissas e estimativas por parte da Administração são: provisões para perdas em investimentos, valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor justo dos ativos imobiliários, o exigível contingencial (demandas previdenciais, trabalhistas, fiscais e cíveis), determinação de vida útil de determinados ativos, passivos atuariais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de determinação. A Administração revisa periodicamente essas estimativas e suas premissas.

3.2. Apuração do Resultado

Representa as adições e as deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa, e as rendas ou variações positivas e deduções ou variações negativas do fluxo dos investimentos, são escrituradas pelo regime contábil de competência, que estabelece a apuração de resultado nos períodos em que ocorrem, independente do seu recebimento ou pagamento. Exceto o recebimento das contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados vinculados ao plano estruturado na modalidade de contribuição variável (Plano PrevMais), que são registrados pelo regime de caixa.

3.3. Gestão Previdencial

Representa os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais e contribuições extraordinárias dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados. Considera-se o plano de custeio, bem como os instrumentos de dívida do patrocinador Banco do Brasil S.A. dos Planos Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Geral, e do patrocinador Economus referente ao Regulamento Geral, relativos aos déficits técnicos equacionados e registrados no grupo “Operações Contratadas”.

3.4. Gestão Administrativa

Registra as contribuições para o custeio administrativo a receber dos patrocinadores, participantes, autopatrocinados e assistidos, os valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa e os depósitos judiciais/recursais da gestão administrativa.

3.5. Investimentos

Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas dos investimentos são os seguintes.

3.5.1. Títulos Públicos e Ativos Financeiros de Crédito Privado.

São lastreadas em títulos públicos e ativos financeiros de créditos privado emitidos por instituições financeiras ou por empresas, as quais são registradas inicialmente pelo custo, inclusive corretagem e emolumentos, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro-rata até o encerramento do balanço e deduzido, quando aplicável, das provisões para perdas. Possuem remuneração paga em intervalos de tempo e em condições predefinidas.

Os títulos adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria "Títulos para negociação" e estão ajustados pelo valor de mercado. Os custos de transação, como corretagens e outras taxas incidentes são reconhecidos a débito de “Deduções/Variações Negativas” (despesa).

Os títulos para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.5.2. Fundos de Investimento

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e podem incluir custos de transação em sua mensuração inicial. Os montantes relativos aos fundos de investimentos são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento das Demonstrações Contábeis do Economus, conforme determinado e informado pelos seus

respectivos administradores na CVM.

3.5.3. Investimentos em Imóveis

São registrados ao custo de aquisição ou construção e são ajustados por meio de avaliações anuais a valor de mercado, conforme legislação vigente. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas de resultado de acordo com legislação específica da Previc.

Os valores dos imóveis são com base em laudo de avaliação elaborado por terceiros. As avaliações estão em conformidade com as determinações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e com as Normas Brasileiras (NBR) para Avaliações de Bens Imóveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

3.5.4. Operações com Participantes

São operações com empréstimos a participantes, e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis. O registro é feito pelo custo amortizado e as operações estão sujeitas à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.5.5. Depósitos Judiciais e Recursais de Investimentos

Têm por finalidade garantir o juízo enquanto se discute o objeto ou os valores em processos judiciais relativos às contingências dos investimentos, englobando aplicações financeiras, operações com participantes e imóveis.

3.5.6. Recursos a Receber de Precatórios

Precatórios são requisições de pagamentos expedidas pelo Judiciário para determinar que um órgão público, no caso, a União, pague os valores decorrentes de condenação judicial definitiva.

Considerando a Resolução CNPC nº 43/2021, combinada com as orientações contidas no Ofício Circular nº 19/2022 enviado pela Previc, o precatório do Economus foi classificado como “títulos para negociação”, com a “adoção de técnica ou modelo de precificação” como metodologia para a determinação do “valor de mercado” ou “valor justo”.

O cálculo do Valor Justo considerou o inciso “II”, do § 2º, do art. 31, da Resolução CNPC nº 43/2021, combinado com a orientação contida na letra “f”, do item 5, do Ofício Circular Previc nº 19/2022.

A metodologia aplicada no cálculo do Valor Justo iniciou-se pela estimação do valor futuro do precatório, por meio de sua correção pelo IPCA, até a data-base dezembro de 2027, e, posteriormente, realizar o cálculo a valor presente, descontando-o pela Taxa Mínima Atuarial do Plano de Benefícios Regulamento Geral (INPC + 4,75% a.a.).

3.5.7. Outros Realizáveis

Têm por finalidade registrar as aplicações efetuadas pelo plano em outras modalidades de investimentos, decorrentes de Depósito judicial feito para garantir ao Economus o direito a bônus de subscrição da Ambev.

3.6. Imobilizado e Intangível

O imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos, destinados à

manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, que contribuem para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos. São registrados pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada.

O intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, que contribuem para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos. Os softwares constituem o ativo intangível e são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-econômica estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

Os gastos registrados no intangível (abrangido pelo CPC 04 (R1)) são apresentados pelo valor aplicado e amortizado no prazo estabelecidos pelo valor aplicado e amortizado no prazo estabelecido pela área técnica, tomando como base premissas razoáveis e comprováveis, que representem a melhor estimativa da Administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.

As seguintes alíquotas anuais são aplicadas:

Imobilizado: a depreciação é feita pelo método linear, com taxa anual de 10% para móveis e utensílios; 20% para máquinas e equipamentos, *hardware*, exceto celulares e *tablets*, que são depreciados em 18 meses, de acordo com os normativos internos.

Intangível: é composto por softwares, amortizado pelo método linear com taxa anual de 20%.

3.7. Provisão para Perdas e Créditos de Liquidação Duvidosa

As provisões para Perdas e para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) são registradas para as operações com participantes ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida à conta redutora do respectivo segmento do ativo. Dessa forma, os investimentos foram apresentados pelo seu valor líquido.

Foram constituídas provisões para perdas em investimentos decorrentes de redução ao valor recuperável, considerados os riscos e incertezas e, para os direitos creditórios de liquidação duvidosa nas operações com participantes, segundo critérios definidos no artigo 199, da Instrução Previc nº 23/2023, e alterações posteriores:

- I. Provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias;
- II. Provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias;
- III. Provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias;
- IV. Provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias;
- V. Provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias;
- VI. Provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e
- VII. Provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.

Observamos que as carteiras de operações com participantes contam com a constituição de um fundo de contingência, destinado a quitação em caso de inadimplência.

3.8. Gestão Assistencial

São registrados os recursos referentes aos serviços assistenciais à saúde, de forma segregada dos recursos dos planos de benefícios previdenciário administrados pelo Economus, e seguem as

normas contábeis determinadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

3.9. Exigível Operacional

Registra as obrigações conhecidas e calculáveis de cada gestão (previdencial, administrativa e dos investimentos) pelo custo, mais as atualizações monetárias incorridas, quando aplicável. São decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, salários dos funcionários do Economus, prestação de serviços por terceiros, investimentos e obrigações fiscais.

3.10. Exigível Contingencial

Decorre de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios em ações cíveis, trabalhistas e tributárias, ajuizadas por terceiros, ex-empregados, participantes e ex-participantes e seus dependentes, entidades de representação e órgãos públicos.

Essas contingências levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações.

Os valores das contingências são mensurados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua apuração de forma adequada, apesar da incerteza em relação ao prazo e valor. Para fins de contingência, os processos judiciais e administrativos são classificados como:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** somente são divulgados em notas explicativas, sem que sejam registrados;
- **Remotas:** não são provisionados e divulgados nas demonstrações contábeis.

O critério de provisão das ações está alinhado ao Pronunciamento Técnico CPC 25, cuja regra é unificada para processos que tramitam na esfera administrativa, na Justiça do Trabalho, na Justiça Federal e na Justiça Comum. A classificação da perspectiva de perda leva em consideração a jurisprudência, as decisões judiciais, a opinião dos advogados, a legislação e as informações do processo.

Já o critério quantitativo considera a melhor estimativa de desembolso, nos termos das normas vigentes, e quando não há elementos para o cálculo, que ocorre para um tipo de processo, é provisionado o valor médio de desembolso dos três últimos anos. Esses valores são periodicamente revistos conforme fatos relevantes do processo, especialmente quando da sentença ou acórdão, e atualizados mensalmente.

Em relação às ações trabalhistas e cíveis envolvendo participantes vinculados ao Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Complementar nº 2, a provisão do Economus limita-se aos respectivos depósitos judiciais e o registro na contingência no mesmo montante, com exceção dos processos movidos por beneficiários de ex-participantes do Regulamento Complementar nº 2, que requerendo o pagamento de pecúlio por morte, que são provisionados.

As provisões são efetuadas mensalmente e revisadas, no mínimo, a cada encerramento do exercício. A Administração avalia que as provisões constituídas para os processos judiciais são suficientes para a cobertura das eventuais perdas, consubstanciada na opinião dos seus advogados, estando de acordo com a metodologia e os critérios estabelecidos em relação às decisões desfavoráveis ao Economus.

3.10.1. Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da possibilidade de recebimento ou compensação, são reconhecidos como ativo.

3.11. Patrimônio Social

Composto pelos recursos acumulados para fazer frente às obrigações de cada plano. O patrimônio social compreende o patrimônio de cobertura dos planos e os fundos, segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

3.11.1. Provisões Matemáticas

Nos cálculos atuariais dos planos são adotados regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais em consonância com a legislação vigente, guardando relação direta com as obrigações e compromissos assumidos pelos planos de benefícios.

Tanto os regimes financeiros quanto os métodos de financiamento estão dispostos nos pareceres e notas técnicas atuariais dos planos de benefícios.

As provisões matemáticas dos planos de benefícios correspondem ao valor presente dos compromissos futuros líquidos do plano, também chamadas de reservas matemáticas no parecer atuarial, correspondem ao valor apurado atuarialmente pelo atuário responsável pelos planos de benefícios, para o pagamento dos benefícios previstos nos Regulamentos:

Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos

Registram o valor atual dos compromissos futuros líquidos correspondentes aos benefícios concedidos a serem pagos pelo plano de benefícios aos aposentados e pensionistas em gozo de benefícios.

Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder

- **Contribuição definida:** registra a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes que não estejam em gozo de benefício de prestação continuada, referente às parcelas de contribuição dos participantes e patrocinadores, que compõem o montante financeiro individual, acrescidas da rentabilidade líquida.
- **Benefício definido:** registra a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros e o valor atual das contribuições futuras.

(-) Provisões Matemáticas a Constituir

Representam o valor atual das contribuições extraordinárias, referentes aos planos de equacionamentos de déficits observados.

Conforme legislação vigente, para os Planos de Benefício Regulamento Complementar nº 1 (déficit de 2015) e Regulamento Geral (déficit de 2015 e 2017), a parcela da dívida do patrocinador Banco do Brasil S.A. e Economus está registrada no Ativo no grupo “Operações Contratadas”, pois, possuem instrumento de dívida.

3.11.2. Equilíbrio técnico

Representa o excedente ou a insuficiência patrimonial de recursos para a cobertura das provisões matemáticas (recursos necessários para arcar com o pagamento de benefício). O Superávit Técnico Acumulado é registrado em Reserva de Contingência até o limite definido em lei. O que ultrapassar este limite é registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano, conforme determina a legislação vigente. O Déficit Técnico Acumulado registra a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios.

O cálculo do Superávit/Déficit Técnico Acumulado e o respectivo registro em Reserva de Contingência são contabilizados de acordo com as normas do CNPC e da Previc.

Reserva de Contingência: registra o valor do Superávit Técnico até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$.

Reserva Especial para revisão do Plano: registra o valor do Superávit Técnico que exceder ao valor da Reserva de Contingência, o montante apurado a título de reserva especial há mais de três exercícios, deve ser integralmente destinado à revisão do plano de benefícios, até o final do exercício subsequente.

Déficit Técnico: registra a insuficiência patrimonial dos planos de benefícios.

3.11.3. Fundos

São registrados recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

Fundos Previdenciais: Aplicado ao Plano PrevMais (CV), o fundo previdencial é composto pelo fundo de reversão, constituído por parcelas patronais não resgatáveis de participantes.

Fundos Administrativos: É constituído pelas receitas administrativas líquidas das despesas, adicionado ao rendimento auferido dos investimentos e das contingências contabilizados no grupo de contas da Gestão Administrativa.

Fundos para Garantia das Operações com Participantes: É constituído por meio da aplicação de percentual, denominado taxa de contingência, incidente sobre as parcelas pagas dos empréstimos quitados pelos participantes. Esse montante será utilizado para cobertura do saldo devedor dos mutuários inadimplentes, assim como para o pagamento dos custos decorrentes das medidas judiciais cabíveis.

3.12. Custeio Administrativo

Os recursos da gestão administrativa são provenientes do custeio administrativo, aprovado por meio do plano anual de custeio dos planos de previdência, e do custeio administrativo dos investimentos.

As sobras, bem como eventuais resultados negativos originados no fluxo de recursos administrativos, são incorporados ao Fundo Administrativo.

A partir de abril de 2024, o custeio administrativo teve as seguintes fontes:

- **Plano Regulamento Complementar nº 1**: correspondente à contribuição de 0,60% (0,60%, em 2023) do salário real de participação dos participantes ativos e da complementação dos assistidos, com paridade patronal.
- **Plano Regulamento Complementar nº 2**: correspondente à contribuição de 0,90% (0,90%,

em 2023) do salário real de participação dos participantes ativos e da complementação dos pensionistas, com paridade patronal.

- **Plano Regulamento Geral:** correspondente à contribuição de 0,65% (0,65%, em 2023) do salário real de participação (Ativos não optantes pelo Saldamento), Benefício Proporcional Diferido (BPD), benefício proporcional saldado (optantes pelo Saldamento) e da complementação dos assistidos, com paridade patronal. Para os participantes autopatrocinados, a contribuição corresponde a 1,30% (1,30%, em 2023) do salário real de participação.
- **Plano PrevMais:** correspondente à contribuição de 0,45% (0,45%, em 2023) sobre o salário de benefício dos participantes e assistidos, com paridade patronal. Para os participantes autopatrocinados e optantes pelo BPD, a contribuição corresponde a 0,90%.
- **Custeio Administrativo de Investimentos:** correspondente à cobrança de 0,15% (0,15%, em 2023) sobre os recursos garantidores de cada plano de benefícios administrado.

3.13. Apresentação dos Efeitos da Consolidação

As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Instrução Previc nº 23/2023 e alterações posteriores. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores do fundo administrativo nos planos previdenciais.

O Economus, ao efetuar a consolidação das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2024 e 2023, anulou as seguintes operações:

Descrição	2024	2023
ATIVO	49.361	141.978
Realizável	49.361	141.978
Gestão Administrativa	49.361	141.978
PASSIVO	(49.361)	(141.978)
Fundos	(49.361)	(141.978)
Fundos Administrativos	(49.361)	(141.978)

4. Gestão de Riscos

O Modelo de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos do Economus é o conjunto de Instrumentos Institucionais que, com o propósito de assegurar o alcance dos objetivos estratégicos da organização, subsidiam a tomada de decisão, contribuem para o aprimoramento dos processos e mitigam a ocorrência de possíveis desvios. Estes Instrumentos Institucionais viabilizam a implementação do gerenciamento de integridade, riscos e controles internos da gestão no âmbito do Economus.

Na visão do Economus, que é responsável pela administração de planos de previdência, o risco é inerente à realização de atividades complexas. Cabe ao Economus não restringir por completo a exposição a um risco, pois isso, tornaria inviável quaisquer operações, mas explorar os aspectos positivos e os negativos aos quais estamos expostos, a fim de assegurar que as metas estatutárias sejam cumpridas dentro de patamares seguros para a viabilidade e sustentabilidade de seus planos.

Ainda, o Economus parte do princípio de que a tomada de risco é uma decisão colegiada e, portanto, o apetite a risco da Entidade é parte integrante de sua Gestão de Risco, que abrange todos os planos administrados pelo Economus, respeitando suas particularidades de regulamento e composição de risco, e que é revisada e aprovada anualmente pela governança da Entidade.

Além desse processo de revisão, há um acompanhamento ativo, sob todos os aspectos definidos pelas diretrizes de investimentos, com a finalidade de assegurar que os pontos abordados em sua Política de Investimentos estejam sendo cumpridos e explorados para o cumprimento das metas estabelecidas para cada um dos planos.

Toda e qualquer tomada de decisão de riscos no Economus é amparada pelos seguintes pilares:

a) Cultura e Governança; b) Estratégia e Objetivo; c) Performance; d) Avaliação e Revisão; e) Informação; f) Comunicação e Reporte.

Soma-se ainda a estes pilares o respeito à particularidade de cada plano previdencial, os quais necessitam de análises e cenários diferentes de exposição de riscos, em função das características da composição de risco de cada plano.

4.1. Risco Operacional

É o risco de perdas diretas ou indiretas resultantes das falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, de pessoas ou de sistemas informatizados, ou ainda da ocorrência de eventos externos.

O gerenciamento dos riscos operacionais dos processos do Economus tem o objetivo de prevenir ameaças ou mitigar a materialização de evento de perda operacional que possa impactar na capacidade de alcançar seus objetivos, podendo ocasionar prejuízos financeiros e gerenciais. Constitui-se em modelos e melhores práticas de Gestão Baseada em Riscos (GBR) e de Sistemas de Controles Internos (SCI), observadas as legislações e especificidades do segmento de previdência complementar. Os riscos operacionais são continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados, sendo o nível de exposição mensurado sob a ótica da frequência e severidade e formalizado em matriz de riscos.

4.2. Risco de Mercado

É o risco de perdas decorrentes de flutuações nos preços dos fatores de mercado que afetam os valores dos ativos financeiros, tais como: perdas no valor da carteira em função de mudanças nos preços, nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, nos índices, nos derivativos e/ou commodities.

Para o gerenciamento do risco de mercado, são calculadas diversas métricas para todos os fundos, como VaR, *duration* e *tracking error*. Essa gestão também inclui testes de estresse, que possibilitam avaliar as carteiras sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos, utilizando-se cenários retrospectivos e/ou prospectivos. Ainda, a gestão do risco de mercado agrega testes de aderência do modelo de VaR (*backtesting*), com o intuito de aferir a eficácia e a efetividade da metodologia frente aos resultados observados.

Em 2024 todos os limites de risco de mercado foram respeitados para todos os segmentos.

4.3. Risco de Crédito

Caracteriza-se pela possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência nos instrumentos e contratos financeiros, da excessiva concentração em operações com determinadas contrapartes ou segmentos de mercado ou, ainda, da degradação na qualidade das garantias recebidas em contratos, como, por exemplo, aquelas decorrentes da qualidade do crédito, atribuída à contraparte em casos de rebaixamento de rating de um emissor de títulos ou default.

A gestão do risco de crédito utiliza-se de comitês que atuam, primordialmente, avaliando as condições de mercado e apresentando propostas de apetite ao risco à Governança do Economus, bem como revendo políticas e práticas de controle.

Ao longo de 2024 os planos não realizaram operações classificadas como alto risco de crédito. Os Comitês de Gestão de Risco e Investimentos, acompanham o desempenho dos papéis e seus respectivos ratings estabelecidos pelas principais agências de classificação de risco.

4.4. Risco Atuarial

A gestão do risco atuarial exige conhecimento prévio dos fatores que podem resultar em volatilidade nos resultados de determinado plano de benefícios. Em linha com os princípios da Supervisão Baseada em Risco – SBR, o Economus emprega um conjunto de ações e processos para monitorar e avaliar quantitativamente e qualitativamente os potenciais riscos atuariais, adotando alternativas estratégicas para minimizar seus potenciais impactos.

O processo de Gestão do Risco Atuarial do Economus mapeia e identifica os riscos inerentes ao passivo atuarial, substanciado na realidade de cada plano de benefícios, dado pelas hipóteses atuariais (biométricas, demográficas, econômico e financeiras), regimes financeiros e métodos de financiamento, base cadastral, bem como pela precificação de ativo e passivo.

4.5. Risco Legal ou de Enquadramento

O risco legal ou de enquadramento caracteriza-se pelo não cumprimento das leis vigentes e aplicáveis à Entidade, assim como também está vinculado à mensuração e quantificação da aderência das carteiras de investimentos e das ações do Economus com sociedade e fornecedores aos dispositivos legais, o que pode gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O principal objetivo de Gestão de Risco Legal é assegurar que a Entidade está cumprindo adequadamente as normas e regras que incidem direta ou indiretamente sobre as suas atividades.

O Economus controla a conformidade legal e o enquadramento, por meio do constante monitoramento de eventuais desenquadramentos dos investimentos em relação aos limites estabelecidos na regulamentação para o nosso segmento e pelas Políticas internas.

4.6. Risco de Liquidez

Caracteriza-se pela possibilidade de perda decorrente da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento dos compromissos assumidos nas datas previstas, decorrente de variações nos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, o que pode ocasionar descasamento entre pagamentos e recebimentos, afetando a capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras.

4.7. Risco Sistêmico

Atingida por meio da alocação dos recursos, levando em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores, emissores e gestores externos, bem como os diferentes indicadores de desempenho para o investimento, visando, desta maneira, mitigar os impactos de crises de grande magnitude sobre os ativos dos planos. A diversificação dos investimentos, em linha com o registrado na Política vigente, é fator determinante para a mitigação do risco sistêmico.

4.8. Risco de Terceirização

Caracteriza-se pela perda decorrente dos terceiros/fornecedores não honrarem, total ou parcialmente, seus compromissos contratuais e obrigações acordadas, bem como decorrente de situações em que os serviços prestados ou os produtos adquiridos não atinjam os requisitos de qualidade esperados, ou não sejam entregues nas datas previstas.

4.9. Risco Socioambiental

O Economus promove a integração dos temas ambientais, sociais e de governança (ESG) nas tomadas de decisão de investimento, sendo signatário dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), visando contribuir para o retorno de longo prazo aos beneficiários.

O Economus tem como objetivo incentivar os prestadores de serviço a adotarem as práticas do PRI, no âmbito da administração e gestão de recursos.

Dentre as ações destacamos: a coleta seletiva, redução no uso de papéis por meio da digitalização de documentos e incentivo à diversidade em seu quadro de empregados.

4.10. Risco de Imagem

A Gestão do Risco de Imagem é feita por meio da implementação de políticas e práticas de governança corporativa, levando em consideração os aspectos referentes à transparência, ética e responsabilidade social. A gestão adequada da imagem é fundamental para mitigar os impactos negativos sobre a reputação do Economus e a manutenção da confiança dos participantes. A adoção de medidas preventivas e ações corretivas, em linha com as diretrizes estabelecidas nas Políticas vigentes, é fator determinante para a mitigação do risco de imagem.

4.11. Risco Cibernético

A gestão adequada do risco cibernético envolve a identificação, avaliação e controle dos fatores que podem afetar a segurança dos dados e sistemas computacionais. Nessa linha, o Economus possui estratégias estabelecidas baseadas no *framework* CIS Control de prevenção e recuperação para antecipar e gerir esse risco, em linha com sua Política de Segurança de Informação e controle internos relacionados ao tema.

Além disso, o Economus está em conformidade com as regulamentações aplicáveis, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que estabelece regras para o tratamento de dados pessoais. A adoção de boas práticas de segurança da informação também auxilia na mitigação do risco cibernético.

4.12. Risco de Conflito de Interesses

No Economus, a gestão deste risco, é norteadada pela existência do Programa de Integridade e por meio da Política de Transações com Partes Relacionadas, levando em consideração os aspectos referentes à transparência e ética nas relações entre as partes envolvidas. A adoção de princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos adequados é fundamental para mitigar os impactos de conflitos de interesses sobre os ativos dos planos.

Internamente, todas as instâncias do Economus entendem o que é conflito de interesses e suas subdivisões. Nos treinamentos, e nos documentos da hierarquia que tratam do assunto, damos direcionamentos práticos, exemplificamos com situações claras, facilitando o entendimento e, conseqüentemente, as atitudes são alinhadas ao Programa de Integridade.

A disponibilização permanente de canal de denúncias também é necessária para dar liberdade às pessoas que precisam de voz, sem interferência de meios e terceiros que poderiam tentar influenciar o processo.

4.13. Risco de Contencioso Judicial

A gestão adequada do risco de contencioso judicial envolve a identificação, avaliação e controle dos fatores que podem afetar a exposição da instituição a processos judiciais. A gestão desse risco é considerada em todas as iniciativas do Economus, por meio de pareceres específicos da área jurídica do Economus.

Além disso, a gestão de compliance da Economus monitora as regulamentações aplicáveis ao Instituto por meio de sistema específico, adotando, dessa forma, boas práticas de governança corporativa para minimizar o risco de contencioso judicial.

Ainda, as regras internas de provisionamento classificam eventuais perdas decorrentes de aspectos contingenciais em linha com a sua probabilidade de materialização. Dessa forma, o Economus gere o impacto de ações dessa natureza.

4.14. Risco de Continuidade dos Negócios

A gestão do risco de continuidade de negócios é crucial para a sustentabilidade das instituições. Essa gestão envolve a identificação, avaliação e controle dos fatores que podem afetar a capacidade da instituição de continuar operando em caso de eventos imprevistos ou desastres naturais.

Nessa linha, o Economus estabelece estratégias de prevenção e recuperação para antecipar e gerir esse risco, incluindo planos de continuidade de negócios e recuperação de desastres, bem como a realização de revisão e exercícios regulares para garantir a eficácia desses planos.

Na gestão de continuidade, um dos aspectos mais importantes é o preparo para responder rapidamente a eventos imprevistos ou desastres naturais, a fim de minimizar o impacto sobre suas operações e garantir a continuidade dos negócios.

4.15. Risco de Solvência

A gestão do risco de solvência consiste no monitoramento contínuo da solvência da Entidade, garantindo que haja capital suficiente para enfrentar eventuais problemas relacionados ao risco de crédito, risco operacional e risco de mercado.

No Economus, algumas medidas específicas para a gestão do risco de solvência incluem o monitoramento contínuo do equilíbrio técnico e do índice de solvência.

4.16. Gerenciamento dos Riscos do Economus em 2024

No gerenciamento dos seus riscos, o Economus realizou Testes Segregados de Controle na totalidade dos processos do Economus classificados como “alta criticidade”. A área de riscos adentrou aos processos de cada unidade, formando opiniões baseadas em evidências, dando um maior poder as análises e fortalecendo o processo anual de avaliação de riscos e controles internos. A realização de testes segregados e os resultados obtidos retroalimentam a avaliação periódica do Economus, fornecendo uma perspectiva empírica, baseando-se nas evidências adquiridas durante a realização dos testes.

Ambiente interno: Execução periódica de escaneamento de vulnerabilidades, implantação de ferramentas para monitoramento da segurança do ambiente, modernização da ferramenta de antivírus, implantação do monitoramento de ameaças (*threat intelligence*), implantação de ferramenta de gestão de patches, eliminação de vulnerabilidades encontradas durante o escaneamento de vulnerabilidades, ampliação da segurança do ambiente com a realização de ações pontuais, além de promover treinamentos e conscientizações de todo o seu quadro de colaboradores ministrados por especialistas em segurança da informação.

Ambiente Externo: Realização periódica de *Pentest*, atualização da tecnologia do portal Economus, contratação de site WAF (Web Application Firewall) externo.

Compliance: O Economus monitora a Agenda de Obrigações Legais e Institucionais do Economus, bem como acompanha novas legislações publicadas para o segmento previdencial. Em caso de não cumprimento, o sistema emite um relatório de atraso para as unidades que, eventualmente, tenham infringido alguma obrigação legal, sendo seu reporte efetuado no Comitê de Gestão de Riscos.

As Obrigações Legais do Economus são cadastradas, mantidas e acompanhadas diariamente em sistema específico para sua gestão.

Além disso, o Economus reformou seu Modelo Proprietário de Riscos e aumentou o leque de análises de riscos, incluindo monitoramento de novos riscos em aderência às boas práticas de mercado.

Durante o ano de 2024, não foram registrados eventos fora dos parâmetros definidos, e todas as operações do Economus permaneceram em conformidade com as leis, regulações e normas internas aplicáveis. A gestão de riscos, aliada ao fortalecimento dos controles internos e à ampliação das análises, assegurou que as movimentações do Economus fossem conduzidas de forma segura, transparente e em alinhamento com as melhores práticas de mercado.

5. Realizável da Gestão Previdencial

Apresentamos abaixo, o realizável da gestão previdencial que registra, além das contribuições normais, adiantamentos, depósitos judiciais e recursais de natureza previdencial, valores a receber em processo de conciliação no patrocinador.

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Contribuições do Mês^(a)	-	8	-	-	62	8.463	71	127	133	8.598
Patrocinadores	-	1	-	-	62	8.009	71	124	133	8.134
Participantes	-	7	-	-	-	442	-	3	-	452
Autopatrocinados	-	-	-	-	-	12	-	-	-	12
Operações Contratadas^(b)	-	2.186	-	-	851.334	894.016	-	-	851.334	896.202
Déficit de 2015 - Patrocinador	-	2.186	-	-	86.392	101.137	-	-	86.392	103.323
Déficit de 2017 - Patrocinador	-	-	-	-	764.942	792.879	-	-	764.942	792.879
Adiantamentos	-	-	-	78	1.400	1.396	-	-	1.400	1.474
Depósitos Judiciais^(c)	10.262	11.047	1.712	2.196	183.799	163.494	85	348	195.858	177.085
Demais Realizáveis^(d)	778	778	44	45	-	26	3	-	825	849
Total da Gestão Previdencial	11.040	14.019	1.756	2.319	1.036.595	1.067.395	159	475	1.049.550	1.084.208

(a) Trata-se de contribuições normais dos participantes ativos, cujos valores são descontados em folha de pagamento e repassados pelos patrocinadores. Nesse grupo contábil, também são registradas as contribuições dos participantes assistidos e autopatrocinados dos Planos de Benefício.

(b) Trata-se do registro contábil da dívida das patrocinadoras com instrumentos contratuais de dívidas relativos aos financiamentos de déficit técnico equacionado contabilizados no grupo "Operações Contratadas", no "Realizável da Gestão Previdencial". Os prazos de amortização, bem como o saldo devedor são descritos na nota explicativa nº 12.4.1.

(c) Trata-se de valores desembolsados por ordem judicial, para pagamento de condenação e/ou para recorrer de decisões.

(d) Compostos, principalmente, pelos valores em processo de conciliação junto ao patrocinador (Banco do Brasil S.A.), referentes aos depósitos judiciais e recursais efetuados pelos planos de benefícios Regulamento Complementar n° 1 e n° 2, no montante de R\$ 822 (R\$ 822, em 2023).

6. Realizável da Gestão Administrativa

A composição do ativo realizável da gestão administrativa está demonstrada como segue:

Descrição	2024	2023
Contas a Receber	8.191	14.820
Contribuições para o Custeio do Mês	77	1.259
Responsabilidade dos Empregados	61	334
Outros Recursos a Receber	8.053	13.227
Taxa Administrativa dos Empréstimos a Participantes	141	136
Transferência entre Administrativos ^(a)	2.475	2.523
Outros Valores a Receber dos Planos de Benefícios	-	67
Reembolsos Judiciais do Regulamento Complementar n° 1 e n° 2 ^(b)	5.437	10.501
Despesas Antecipadas	-	10
Depósitos Judiciais/Recursais ^(c)	131.887	19.908
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.226	1.155
Total da Gestão Administrativa	141.304	35.896

(a) Repasse das despesas administrativas estruturais da Gestão Assistencial para o Plano de Gestão Administrativa (PGA) de dezembro de 2024, recebidos em janeiro de 2025.

(b) Compostos pelos valores em processo de conciliação junto ao patrocinador (Banco do Brasil S.A.), referentes aos depósitos judiciais e recursais efetuados pelos planos de benefícios Regulamento Complementar n° 1 e n° 2.

(c) Trata-se de valores desembolsados por ordem judicial, para pagamento de condenação e/ou para recorrer de decisões, o acréscimo em 2024 decorrente, principalmente, da transferência do depósito judicial do PIS e Cofins reembolsável descrito na nota explicativa n° 11.2.

7. Realizável de Investimentos

A carteira de investimentos consolidada é composta por Títulos Públicos, Ativos Financeiros de Crédito Privado, Renda Variável, Fundos de Investimento, Investimentos em Imóveis, Operações com Participante, Depósitos Judiciais/Recurais e Outros Realizáveis dos Investimentos. Alcançou o montante de R\$ 10.157.922 (R\$ 9.648.996 em 2023), a seguir demonstrado.

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Títulos Públicos Federais	68.883	56.666	44.824	38.592	5.949.663	5.456.796	751.131	498.240	10.693	9.643	6.825.194	6.059.937
Notas do Tesouro Nacional	68.883	56.666	44.824	38.592	5.949.663	5.456.796	751.131	498.240	-	-	6.814.501	6.050.294
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	10.693	9.643	10.693	9.643
Ativos Financeiros de Crédito Privado	5.923	3.530	3.529	1.177	113.924	85.945	144.575	70.652	-	-	267.951	161.304
Letras Financeiras - LF	5.923	3.530	3.529	1.177	113.924	85.945	144.575	70.652	-	-	267.951	161.304
Debêntures de Empresa S.A. Aberta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de Investimentos	14.320	21.544	14.833	19.847	296.189	497.002	2.248.618	2.312.464	36.187	122.517	2.610.147	2.973.374
Fundo de Renda Fixa	14.320	21.544	14.833	19.847	116.368	233.603	2.083.531	2.137.844	36.187	122.517	2.265.239	2.535.355
Fundo de Ações	-	-	-	-	96.177	168.969	162.306	171.435	-	-	258.483	340.404
Fundo de Investimentos em Participações - FIP	-	-	-	-	69.946	80.060	2.781	3.185	-	-	72.727	83.245
Fundo de Investimento Imobiliário - FII	-	-	-	-	13.926	15.158	-	-	-	-	13.926	15.158
(-) Perdas Estimadas - FIP	-	-	-	-	(228)	(788)	-	-	-	-	(228)	(788)
Investimentos em Imóveis	-	-	-	-	145.544	140.884	-	-	-	-	145.544	140.884
Operações com Participantes (Empréstimos)	8.864	9.382	3.082	3.599	98.588	90.832	194.019	169.319	-	-	304.553	273.132
Depósitos Judiciais/Recurais	-	-	-	-	-	1.702	-	-	-	-	-	1.702
Recursos a Receber - Precatórios	-	-	-	-	-	34.429	-	-	-	-	-	34.429
Outros Realizáveis - Investimentos	-	-	-	-	4.533	4.234	-	-	-	-	4.533	4.234
Total dos Investimentos	97.990	91.122	66.268	63.215	6.608.441	6.311.824	3.338.343	3.050.675	46.880	132.160	10.157.922	9.648.996

A administração dos investimentos da carteira própria é efetuada pelo Economus, utilizando o Banco do Brasil S.A. como prestador de serviços de custódia qualificada, centralizando a totalidade dos títulos e valores mobiliários sob a sua guarda, devidamente habilitado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Parâmetros de avaliação pelo valor de mercado

Considerando as disposições da Resolução CNPC nº 37, de 13/03/2020, os investimentos classificados na categoria Títulos para negociação podem ser negociados, independentemente do prazo de vencimento do título, e são avaliados diariamente a valor de mercado, conforme divulgação de preços pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) para Títulos Públicos Federais ou provedor de preços contratado pelo Economus (Pop BR) para Títulos Privados, e seus efeitos são reconhecidos no resultado do exercício (Demonstração da Mutação do Patrimônio Social).

Em 2024, houve reclassifica o entre as categorias "Títulos mantidos até o Vencimento" para "Títulos para Negocia o" no Plano Regulamento Geral, com objetivo de aquisi o de outros "Títulos mantidos até o Vencimento", com datas de vencimento superiores aos títulos alienados. Tal opera o, realizada em consonância   com a referida Resolu o CNPC n  61/2024, será detalhada em t pico específico (Nota Explicativa 7.1.3).

Os Fundos de Investimentos são avaliados com base no valor das cotas, divulgadas diariamente pelos respectivos administradores.

Custódia dos Investimentos

Os títulos públicos são custodiados na Selic, as a es e os títulos privados são custodiadas na B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão (B3), e as cotas de fundo de investimentos nas seguintes institui es:

- Banco Bradesco S.A.
- Banco BTG Pactual S.A.
- Banco Daycoval S.A.
- Banco do Brasil S.A.
- BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
- Caixa Econ mica Federal
- Itaú Unibanco S.A.
- Lions Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

7.1 Títulos Públicos

Descri�o	2024	2023
Regulamento Complementar n� 1	68.883	56.666
Notas do Tesouro Nacional - Série B	68.883	56.666
Regulamento Complementar n� 2	44.824	38.592
Notas do Tesouro Nacional - Série B	44.824	38.592
Regulamento Geral	5.949.663	5.456.796
Notas do Tesouro Nacional - Série C	562.976	544.274
Notas do Tesouro Nacional - Série B	5.386.687	4.912.522
PrevMais	751.131	498.240
Notas do Tesouro Nacional - Série B	637.201	498.240
Notas do Tesouro Nacional - Série F	113.930	-
PGA	10.693	9.643
Letras Financeiras do Tesouro (Tesouro Selic)	10.693	9.643
Total dos Títulos Públicos	6.825.194	6.059.937

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

7.1.1 Títulos Públicos Mantidos até Vencimento

Descrição	2024				2023
	Vencimento	Quantidade	Valor de Mercado	Valor do papel na curva / Contábil	Valor do papel na curva / Contábil
Regulamento Complementar nº 1			47.678	59.892	56.666
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	3.074	12.787	14.586	13.784
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	2.430	9.673	12.177	11.574
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	4.253	16.207	21.239	20.136
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	2.377	9.011	11.890	11.172
Regulamento Complementar nº 2			33.990	38.808	38.592
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	-	-	-	1.699
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2026	710	3.094	3.165	3.012
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2028	82	345	369	352
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	5.187	21.576	24.460	23.203
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2032	262	1.067	1.158	1.102
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	2.086	7.908	9.656	9.224
Regulamento Geral			4.887.009	5.949.663	5.456.796
Notas do Tesouro Nacional - Série C	01/01/2031	76.000	643.782	562.977	544.274
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	-	-	-	42.546
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2026	19.680	85.757	87.659	83.406
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	15.000	62.396	64.246	61.447
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	175.272	689.729	779.803	636.322
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	91.304	363.436	411.238	313.136
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	354.748	1.351.878	1.790.877	1.666.588
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	445.817	1.690.032	2.252.863	2.109.076
PrevMais			495.548	592.104	498.240
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2026	6.100	26.581	27.207	25.896
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	2.500	10.399	10.994	10.498
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	16.773	66.005	72.454	15.558
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	14.515	57.777	66.024	54.362
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	23.367	89.047	103.894	98.750
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	64.824	245.739	311.531	293.176
Total			5.464.225	6.640.467	6.050.294

Observando-se os requisitos da Resolução CNPC 61/2024, a Administração do Economus manifesta a intenção de manter esses títulos até seus respectivos vencimentos.

7.1.2 Títulos Públicos para Negociação

Descrição	2024			2023
	Vencimento	Quantidade	Valor de Mercado / Contábil	Valor de Mercado / Contábil
Regulamento Complementar nº 1			8.991	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2026	1.382	6.022	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2027	700	2.969	-
Regulamento Complementar nº 2			6.016	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2026	923	4.022	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2027	470	1.994	-
PrevMais			159.027	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	11.460	45.097	-
Notas do Tesouro Nacional - Série F	01/01/2031	134.670	113.930	-
PGA			10.693	9.643
Letras Financeiras do Tesouro (Tesouro Selic)	01/09/2025	676	10.693	9.643
Total dos Títulos Públicos			184.727	9.643

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

7.1.3 Negociação dos Títulos Públicos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o vencimento”

No exercício de 2024, foi realizado alongamento da carteira de Títulos Públicos, com alienação de 5.000 quantidades de NTN-C 2031 pertencentes à carteira do plano de benefícios Regulamento Geral, e resultado positivo de R\$ 6.538. Houve aquisição de 9.600 quantidades de NTN-B 2045, conforme indicado a seguir:

Regulamento Geral							
Título	Data	Quantidade	Curva		Mercado		Resultado
			Taxa	Valor	Taxa Média	Valor	
NTN-C 2031	jul/24	5.000	10,12%	33.879	6,13%	40.417	6.538
Total		5.000		33.879		40.417	6.538

Regulamento Geral				
Título	Data	Quantidade	Curva	
			Taxa	Valor
NTN-B 2045	jul/24	9.600	6,28%	40.579
Total		9.600		40.579

A operação realizada proporciona maior equilíbrio estrutural para o plano em médio e longo prazos, minimizando o risco de descasamento dos indicadores de correção entre o ativo e passivo e incrementando o casamento dos fluxos de caixa, além de agregar resultado positivo em termos de valor presente líquido, observadas as condições de mercado na efetivação.

7.2 Ativos Financeiros de Crédito Privado

Descrição	2024	2023
Regulamento Complementar nº 1	5.923	3.530
Letras Financeiras - LF	5.923	3.530
Regulamento Complementar nº 2	3.529	1.177
Letras Financeiras - LF	3.529	1.177
Regulamento Geral	113.924	85.945
Letras Financeiras - LF	113.924	85.945
PrevMais	144.575	70.652
Letras Financeiras - LF	144.575	70.652
Total dos Ativos Financeiros de Crédito Privado	267.951	161.304

7.2.1 Títulos Privados Mantidos até Vencimento

Descrição	2024					2023	
	Emissor	Risco de Crédito	Vencimento	Quantidade	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor Contábil
Regulamento Geral					28.401	30.269	27.068
Letras Financeiras					28.401	30.269	27.068
Letra Financeira	SAFRA	AAA	23/02/2027	25	28.401	30.269	27.068
Total					28.401	30.269	27.068

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

7.2.2 Títulos Privados para Negociação

Descrição	2024						2023
	Emissor	Risco de Crédito	Vencimento	Quantidade	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor Contábil
Regulamento Complementar nº 1					5.923	5.923	3.530
Letras Financeiras					5.923	5.923	3.530
Letra Financeira	VOTORANTIM	AA+	22/09/2028	25	1.197	1.197	-
Letra Financeira	SAFRA	AAA	04/01/2030	10	1.196	1.196	1.179
Letra Financeira	SAFRA	AAA	07/01/2030	5	602	602	593
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	07/01/2030	10	1.195	1.195	1.171
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	08/01/2030	5	599	599	587
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	11/09/2031	12	564	564	-
Letra Financeira	SAFRA	AAA	12/09/2031	12	570	570	-
Regulamento Complementar nº 2					3.529	3.529	1.177
Letras Financeiras					3.529	3.529	1.177
Letra Financeira	VOTORANTIM	AA+	22/09/2028	25	1.197	1.197	-
Letra Financeira	SAFRA	AAA	04/01/2030	3	359	359	354
Letra Financeira	SAFRA	AAA	07/01/2030	2	241	241	237
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	07/01/2030	3	359	359	351
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	08/01/2030	2	240	240	235
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	11/09/2031	12	564	564	-
Letra Financeira	SAFRA	AAA	12/09/2031	12	570	570	-
Regulamento Geral					83.655	83.655	58.877
Letras Financeiras					83.655	83.655	58.877
Letra Financeira	VOTORANTIM	AA+	22/09/2028	200	9.577	9.577	-
Letra Financeira	SAFRA	AAA	04/01/2030	125	14.949	14.949	14.733
Letra Financeira	SAFRA	AAA	07/01/2030	125	15.042	15.042	14.822
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	07/01/2030	125	14.938	14.938	14.641
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	08/01/2030	125	14.971	14.971	14.680
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	11/09/2031	150	7.056	7.056	-
Letra Financeira	SAFRA	AAA	12/09/2031	150	7.123	7.123	-
PrevMais					144.575	144.575	70.652
Letras Financeiras					144.575	144.575	70.652
Letra Financeira	VOTORANTIM	AA+	22/09/2028	550	26.336	26.336	-
Letra Financeira	VOTORANTIM	AA+	18/12/2028	25	25.092	25.092	-
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	07/01/2030	150	17.925	17.925	17.570
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	08/01/2030	150	17.966	17.966	17.616
Letra Financeira	SAFRA	AAA	04/01/2030	150	17.939	17.939	17.680
Letra Financeira	SAFRA	AAA	07/01/2030	150	18.050	18.050	17.787
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	11/09/2031	225	10.584	10.584	-
Letra Financeira	SAFRA	AAA	12/09/2031	225	10.684	10.684	-
Total					237.682	237.682	134.236

Todos os ativos financeiros são classificados como baixo risco de crédito, os quais são definidos pela nota (rating) emitida pelas principais agências classificadoras de risco de crédito (Moody's Investor Service - Moody's; Standard & Poor's Global Ratings - Standard & Poor's; e Fitch Ratings - Fitch).

7.3 Fundo de Investimentos

Em 31 de dezembro de 2024, os fundos de investimentos apresentam um montante de R\$ 2.610.147 (R\$ 2.973.374, em 2023) estão assim demonstrados:

Descrição	2024	2023
Regulamento Complementar nº 1	14.320	21.544
Fundo de Renda Fixa (Fundo Exclusivo ECO CASH FIC FI)	14.320	21.544
Regulamento Complementar nº 2	14.833	19.847
Fundo de Renda Fixa (Fundo Exclusivo ECO CASH FIC FI)	14.833	19.847
Regulamento Geral	296.189	497.002
Fundo de Renda Fixa (Fundo Exclusivo ECO CASH FIC FI)	116.368	233.603
Fundo de Ações (Fundo Exclusivo ECO STOCKS FIC FIA)	96.177	168.969
Fundo de Investimento em Participações	69.946	80.060
Fundo de Investimento Imobiliário - FII	13.926	15.158
(-) Perdas Estimadas - Fundos de Investimento	(228)	(788)
PrevMais	2.248.618	2.312.464
Fundo de Renda Fixa (Fundo Exclusivo ECO CASH FIC FI)	2.083.531	2.137.844
Fundo de Ações (Fundo Exclusivo ECO STOCKS FIC FIA)	162.306	171.435
Fundo de Investimento em Participações	2.781	3.185
PGA	36.187	122.517
Fundo de Renda Fixa (Fundo Exclusivo ECO CASH FIC FI)	36.187	122.517
Total dos Fundos de Investimentos	2.610.147	2.973.374

7.3.1 Fundos de Renda Fixa e Ações – Fundos Exclusivos

Em 31 de dezembro de 2024, os fundos exclusivos apresentam um montante de R\$ 2.934.234 (R\$ 3.007.431, em 2023). Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimentos exclusivos classificados em “Fundos de Renda Fixa” estão assim demonstrados:

Descrição	Ativo/Passivo 2024	Ativo/Passivo 2023
ECO CASH FIC FI RENDA FIXA	2.675.658	2.667.026
BB Eco Plus FI RF CP (a)	2.194.147	2.431.988
BB Top RF Índice de Preço FI RF LP (b)	261.220	172.790
BB Top RF Agressivo Pre FI RF LP (c)	220.073	62.092
Caixa/Disponível	264	194
Valores a Receber	1	34
Valores a Pagar	(47)	(73)
(a) Carteiras, basicamente, representadas por Letras Financeiras.		
(b) Carteira, basicamente, representada por Notas do Tesouro Nacional - Série B (IPCA).		
(c) Carteira, basicamente, representada por Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LTN) e NTN - Série F.		
ECO STOCKS FIC FIA	258.576	340.405
Fundo de Renda Variável*	258.530	340.113
Ação da Vale ON	27.445	47.199
Ação da Petrobras PN	18.891	23.486
Ação do Itaú Unibanco PN	17.346	22.526
Ação da Petrobras ON	16.318	19.927
Ação do Bradesco PN	6.985	12.147
Ação da Eletrobras ON	7.949	11.605
Ação da B3 ON	6.700	11.259
Ação da Brasil ON	8.094	10.867
Ação da Ambev ON	6.078	8.333
Outras Ações	142.724	172.764
Valores a Pagar	(15)	(16)
Disponível	60	307
Valores a Receber	1	1
* Abertura das 9 maiores ações da carteira em 2024.		
Total dos Fundos Exclusivos	2.934.234	3.007.431

O Fundo ECO CASH FIC FI Renda Fixa recebe aplicações dos Planos Assistenciais geridos pelo Economus.

7.3.2 Fundos de Investimentos em Participações

O Economus encerrou o exercício de 2024 com o montante de R\$ 72.727 (R\$ 83.245, em 2023), em Fundos de Investimento em Participações.

Descrição	CNPJ	Aplicação Inicial	Integralizações (desde o início do Fundo)	Recebimentos (desde o início do Fundo)	Saldo em 2024	Rentabilidade de 2024	Saldo em 2023
Plano Regulamento Geral			212.506	461.018	69.946	-5,24%	80.060
FIP PÁTRIA INFRAESTR	12.517.924/0001-49	fev/11	10.757	15.853	6.478	56,77%	5.092
FIP BRASIL PETROLEO ^(a)	14.240.738/0001-30	fev/12	13.417	34	228	-72,42%	788
FIP BRASIL PORTOS	14.737.553/0001-36	mar/12	9.426	1.847	8.305	1,92%	8.675
FIP FBIE II	19.837.544/0001-30	jan/15	8.527	7.739	8.416	-35,04%	12.954
FIP NEO CAP MEZANINO	10.720.618/0001-80	set/10	11.852	12.444	1.607	16,00%	1.959
FIP NEO CAP MEZN III	19.933.445/0001-52	ago/14	11.289	522	16.467	-3,07%	17.526
FIP FBIE - SANTANDER	11.760.191/0001-06	set/10	10.442	1.573	3.846	-23,73%	5.043
FIP 2BCAPITAL BRASIL	14.596.766/0001-95	jul/13	16.154	8.193	20.542	-1,29%	21.960
FIP INDUSTRIAL PARKS	10.214.548/0001-98	nov/12	13.844	9.840	1.738	-4,47%	1.819
FIP COPA FLOREST III	17.672.294/0001-09	fev/16	20.253	39.879	669	25,52%	753
FIP INV. INSTIT. III	09.064.476/0001-60	jul/08	18.933	22.501	310	2,85%	301
FICFIP PATR PRIV III	18.563.785/0001-76	dez/13	8.311	1.326	1.341	-11,18%	2.282
FICFIP PATRIA R.E.II ^(d)	10.979.378/0001-32	jul/10	21.413	21.010	-	-33,67%	907
FIP CAIXA BARCELONA ^(b)	15.254.490/0001-20	mar/13	36.253	316.928	-	-	-
FIP POLO R ESTATE II ^(b)	13.515.474/0001-18	dez/14	1.635	1.329	-	-	-
FIP CRP EMPREENDEDOR ^(c)	14.747.610/0001-68	mai/13	5.421	17.325	-	-	-
FIP BRASIL ÓLEO-GÁS ^(c)	14.713.775/0001-19	jul/12	10.320	688	-	-	-
FICFIP PATRIA SPE OP ^(c)	13.328.452/0001-49	nov/12	11.402	-	-	-	-
Plano PrevMais			4.001	1.307	2.781	-2,55%	3.185
FIP 2BCAPITAL BRASIL	14.596.766/0001-95	jul/13	1.923	975	2.445	-0,99%	2.614
FICFIP PATR PRIV III	18.563.785/0001-76	dez/13	2.078	332	335	-10,74%	570
FIP CRP EMPREENDEDOR ^(c)	14.747.610/0001-68	mai/13	645	2.062	-	-	-
Total da carteira de Fundos de Investimentos em Participações			216.507	462.325	72.727		83.245

(a) Desde 2018, houve a liquidação total do fundo FIP Brasil Petróleo. A eliminação completa do saldo ocorreu devido à constituição de Provisão para Devedores Duvidosos (PDD).

(b) Em 2019, conforme contratos com os fundos foram encerradas as participações no FIP Polo R Estate II (fev/2019), e FIP Caixa Barcelona (out/2019).

(c) Em 2023, conforme contratos com os fundos foram encerradas as participações no FIP Brasil Óleo e Gás (fev/2023), FICFIP Pátria Special Opportunities (jul/2023) e FIP CRP Empreendedor (nov/2023).

(d) Em 2024, conforme contrato com o fundo foi encerrada a participação no FICFIP Pátria Real Estate II (dez/2024).

A seguir, apresentamos informações sobre as carteiras e principais variações nas aplicações dos FIPs no exercício de 2024.

Pátria Infraestrutura CNPJ 12.517.924/0001-49 (TIR 60,99%): Em 31/12/2024, o portfólio de investimentos do Fundo era 100% composto por ações da Oceana Offshore (CBO – que atua no segmento de logística e suporte para plataformas de Óleo & Gás). O resultado do fundo no ano foi impactado pelo desinvestimento da companhia Hidrovias do Brasil (HBSA3), em março de 2024, com TIR de 18,3% a.a. desde o início, e múltiplo sobre o Capital Investido (MOIC) de 3,8x. Em relação à Oceana Offshore, o Gestor vem analisando alternativas de desinvestimento para os próximos exercícios.

FIP Brasil Petróleo CNPJ 14.240.738/0001-30 (TIR -71,66%): Em 31/12/2024, o portfólio de investimentos do Fundo era 100% composto por ações da companhia Dock Brasil (estaleiro, apoio ao setor de óleo & gás), sendo que o resultado do fundo se deu em função de sua reavaliação no período, por meio de Laudo de Avaliação.

Brasil Portos e Ativos Logísticos CNPJ 14.737.553/0001-36 (TIR 1,95%): Em 31/12/2024, o portfólio de investimentos do Fundo era composto por ações do Porto Itapoá (Terminal Portuário de Containers), além de saldo a receber de outros ativos já desinvestidos, em contas escrow. O principal vetor para o resultado do Fundo foi a reavaliação da companhia investida (Porto Itapoá),

por meio de Laudo de Avaliação.

FIP FBIE II – CNPJ 19.837.544/0001-30 (TIR -35,04%): O Fundo encerrou o exercício de 2024 com portfólio de investimentos composto da seguinte forma: (i) 58% em Rede D'Or (rede de hospitais); (ii) 17% em Vitru (educação); e (iii) 25% em Tempo Participações (serviços para seguradoras). O resultado do Fundo observado no acumulado do ano foi impactado principalmente pela variação de preços da Rede D'Or, negociada na B3, e que reportou desvalorização de 9,50% no ano. A Vitru Educação, que passou a ser negociada na B3 em jun/24, também reportou desvalorização de 51,6% no exercício.

Neo Capital Mezanino – CNPJ 10.720.618/0001-80 (TIR 19,54%): O Fundo encerrou o exercício de 2024 com portfólio de investimentos composto da seguinte forma: (i) 51% em Aterpa (segmento de construção); (ii) 48% em Marelli (produção e comercialização de móveis corporativos) e (iii) 1% em Gafor (segmento logístico). O resultado do fundo se deu principalmente em função da reprecificação dos ativos referentes à companhia Marelli, dado que os demais ativos do fundo são recebíveis atrelados a desinvestimentos já realizados.

FIP Neo Capital III – CNPJ 19.933.445/0001-52 (TIR -3,08%): O Fundo encerrou o exercício de 2024 com portfólio de investimentos composto da seguinte forma: (i) 43% em Alloha (fornecedor de serviços de tecnologia e internet); (ii) 43% em Verzani & Sandrini (serviços de gestão predial) e (iii) 14% em Marelli (produção e comercialização de móveis corporativos). O resultado do fundo se deu principalmente em função da reavaliação anual dos seus ativos, por meio de Laudo de Avaliação, destacando-se desvalorização da companhia Alloha em 10%.

FIP FBIE I – CNPJ 11.760.191/0001-06 (TIR -23,73%): O Fundo encerrou o exercício de 2024 com portfólio de investimentos composto da seguinte forma: (i) 52% em Ri Happy (varejo para o público infantil); (ii) 44% em Rede D'Or (rede de hospitais); e (iii) 4% em Tok&Stok (varejo de móveis e utensílios). O resultado do Fundo foi impactado principalmente pela variação de preços da Rede D'Or, negociada na B3, e que reportou desvalorização de 9,50% no ano. Foi anunciada, em 2024, fusão da Tok&Stok com *player* do mesmo segmento, a Mobly. As ações da Mobly, negociadas na B3, reportaram desvalorização de 22,7% no exercício.

2B Capital - CNPJ 14.596.766/0001-95 (TIR -0,99%): O Fundo encerrou o exercício 2024 com portfólio de investimentos composto da seguinte forma: (i) 42% na companhia Leveros (varejista e distribuidor de equipamentos de climatização); (ii) 41% na Aramis (varejista de vestuário masculino); (iii) 17% do portfólio investido na WDC Networks (distribuidor de tecnologia especializado posicionado nos segmentos de internet banda-larga, listada na B3 sob o *ticker* LVTC3). O resultado do Fundo no acumulado do ano foi impactado pela remarcação dos ativos do portfólio, por meio de Laudo de Avaliação.

Industrial Parks Brasil – 10.214.548/0001-98 (TIR -4,47%): Atualmente o Fundo possui somente um terreno em carteira, no município de Jundiaí -SP, sendo o resultado função de sua reavaliação no período por meio de Laudo.

Copa Florestal III – CNPJ 17.672.294/0001-09 (TIR 30,26%): Atualmente, o Fundo possui somente um ativo na carteira: (i) TRIM Florestal, cujo objeto consiste em plantios de eucalipto no MS. Em 2024, o impacto na rentabilidade se deveu aos recebimentos referentes aos desinvestimentos realizados, cujo pagamento segue os cronogramas contratuais.

FIP Investidores Institucionais III – CNPJ 09.064.476/0001-60 (TIR 2,85%): O Fundo concluiu o desinvestimento de todos os ativos da carteira, e atualmente seu patrimônio representa recursos

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

retidos em conta *escrow*, referentes ao desinvestimento da companhia A Geradora.

Pátria Real Estate III CNPJ 18.563.785/0001-76 (TIR -10,74%): O Fundo encerrou o exercício 2024 com portfólio de investimentos composto da seguinte forma: (i) 75% em Nova Santa Rita (galpão logístico); (ii) 12% em Alphaville (AVLL3) (loteamentos residenciais); (iii) 10% em Rio Office (edifícios corporativos); e (iv) 3% em Cidade Nova (Terreno). O principal vetor de resultado ao Fundo foi a reavaliação dos ativos investidos, por meio de Laudos de Avaliação. A companhia Alphaville Urbanismo S.A., listada na B3, reportou desvalorização de 44% no período. O Galpão Logístico “Nova Santa Rita”, ativo com maior representatividade na carteira do Fundo, reportou desvalorização de 3% no período. Em 2024, também ocorreu o desinvestimento da companhia Guarde Aqui em carteira do Fundo, com Múltiplo sobre o Capital Investido (MOIC) de 0,9x.

Pátria Real Estate II CNPJ 10.979.378/0001-32 (TIR -31,70%): O Fundo foi encerrado em dezembro de 2024, após ter concluído o desinvestimento do ativo remanescente em sua carteira (ações da companhia Alphaville Urbanismo S.A., listada na B3). O resultado se deu em função da precificação a mercado das ações da referida companhia investida.

7.3.3 Fundos de Investimentos Imobiliário

Descrição	2024	2023
Regulamento Geral	13.926	15.158
FII Centro Têxtil	1.207	2.180
FII Água Branca	12.719	12.978
Total dos Fundos de Investimentos Imobiliário	13.926	15.158

FII Centro Têxtil (TIR -44,7%): CNPJ 00.762.723/0001-28 - fundo de investimento imobiliário negociado na B3, sob o *ticker* CTXT11, que detém 75% do imóvel Centro Têxtil Internacional, localizado no endereço Avenida Eng. Roberto Zuccolo, nº 555, Vila Leopoldina, São Paulo, SP. Ao longo do ano de 2024, o fundo apresentou desvalorização em suas cotas negociadas em bolsa, devido à vacância de 97% desde dez/21, sendo que a gestão do veículo tem buscado alternativas para o imóvel.

FII Projeto Água Branca (TIR 3,2%): CNPJ 03.251.720/0001-18 - fundo de investimento imobiliário negociado na B3, sob o *ticker* FPAB11, que detém os edifícios New York e Los Angeles, localizados no endereço Av. Francisco Matarazzo, 1.500, Barra Funda, São Paulo, SP. O resultado do Fundo no acumulado do ano se justifica pelo cenário mais desafiador para o segmento imobiliário, frente à elevação da taxa de juros básica - Selic - ao longo de 2024, causando redução dos rendimentos dos Fundos Imobiliários em geral. A despeito do cenário adverso para o segmento, a ocupação do ativo atingiu 85% em dezembro 2024.

7.3.4 (-) Perdas Estimadas - Fundos de Investimentos

Descrição	2024	2023
Regulamento Geral	(228)	(788)
FIP BRASIL PETROLEO - CNPJ 14.240.738/0001-30	(228)	(788)
Total das Perdas Estimadas - Fundo de Investimentos	(228)	(788)

Desde 2018, o Economus registra 100% do FIP Brasil Petróleo para perda.

7.4 Investimentos em Imóveis

Todos os investimentos imobiliários do Economus pertencem ao Plano de benefícios Regulamento Geral e são destinados exclusivamente para renda. Ao final do exercício de 2024, são demonstrados como segue:

Descrição	2023	Acréscimos/ Deduções	2024
Locadas a Patrocinador(es)	44.982	677	45.659
Edificações	44.717	666	45.383
Rua Domingos de Moraes, nº 896 - São Paulo	19.463	(17)	19.446
Praça Raul Leme, nº 212 - Bragança Paulista	3.906	56	3.962
Rua Teodoro Sampaio, nº 1600 - São Paulo	12.481	664	13.145
Rua Quirino de Andrade, nº 185 - São Paulo	8.867	(37)	8.830
Valores a Receber	265	11	276
Locadas a Terceiros	95.902	3.983	99.885
Edificações	95.768	4.092	99.860
Rua Bela Cintra, nº 769 - São Paulo	62.842	1.973	64.815
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 31 - São Paulo	4.281	317	4.598
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 41 - São Paulo	4.281	317	4.598
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 42 - São Paulo	4.281	317	4.598
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 141 - São Paulo	4.281	317	4.598
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 142 - São Paulo	4.281	317	4.598
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 151 - São Paulo	4.281	317	4.598
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 152 - São Paulo	4.282	316	4.598
Rua Líbero Badaró nº 293 - Conjunto 15 B - São Paulo	986	(33)	953
Rua Líbero Badaró nº 293 - Conjunto 17 A - São Paulo	986	(33)	953
Rua Líbero Badaró nº 293 - Conjunto 17 D - São Paulo	986	(33)	953
Valores a Receber	134	(109)	25
Total dos Investimentos em Imóveis	140.884	4.660	145.544

O Economus possui imóveis locados aos patrocinadores e a terceiros. Durante o exercício de 2024, os aluguéis recebidos totalizaram R\$ 4.999 (R\$ 4.947, em 2023).

O Economus reavaliou seus imóveis com laudo de avaliação em 22/11/2024, sendo ajustado contabilmente em dezembro de 2024. Os laudos de avaliação foram elaborados considerando as práticas e padrões profissionais aplicáveis de acordo com a NBR 14.653, da ABNT – Associação Brasileira e Normas Técnicas e recomendações de associações de classe como IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia. Os laudos de avaliação foram emitidos pela empresa Binswanger Brazil, CNPJ 02.164.894/0001-80, gerando variação patrimonial positiva de R\$ 4.758 (negativa de R\$ 1.141, em 2023), conforme quadro a seguir:

Descrição	Valor contábil	Reavaliação	Ajuste da Reavaliação	Vida útil remanescente
Locados ao Patrocinador	44.717	45.383	666	
Rua Domingos de Moraes, nº 896 - São Paulo	19.463	19.446	(17)	35 anos
Praça Raul Leme, nº 212 - Bragança Paulista	3.906	3.962	56	35 anos
Rua Teodoro Sampaio, nº 1600 - São Paulo	12.481	13.145	664	35 anos
Rua Quirino de Andrade, nº 185 - São Paulo	8.867	8.830	(37)	30 anos
Locados a Terceiros	95.768	99.860	4.092	
Rua Bela Cintra, nº 769 - São Paulo	62.842	64.815	1.973	50 anos
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 31 - São Paulo	4.281	4.598	317	40 anos
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 41 - São Paulo	4.281	4.598	317	40 anos
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 42 - São Paulo	4.281	4.598	317	40 anos
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 141 - São Paulo	4.281	4.598	317	40 anos
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 142 - São Paulo	4.281	4.598	317	40 anos
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 151 - São Paulo	4.281	4.598	317	40 anos
Av Dr. Cardoso de Melo nº 1855 - Conjunto 152 - São Paulo	4.282	4.598	316	40 anos
Rua Líbero Badaró N 293 - Conjunto 15	986	953	(33)	30 anos
Rua Líbero Badaró N 293 - Conjunto 17 A	986	953	(33)	30 anos
Rua Líbero Badaró N 293 - Conjunto 17 D	986	953	(33)	30 anos
Total da Reavaliação dos Imóveis	140.485	145.243	4.758	

7.5 Operações com Participantes

O Economus possui valores a receber de participantes referentes a empréstimos, os quais são descontados diretamente na folha de pagamento junto ao patrocinador ou na folha de benefícios. Essas operações contam com garantias específicas, representadas, no caso dos empréstimos, pelo saldo de conta acumulado pelo participante no plano de benefícios, pelo valor do benefício mensal e pelo Fundo para Garantias das Operações com Participantes.

A movimentação da carteira de empréstimo em 2024 é a seguinte:

Descrição	2023	Concessões	Amortizações	Juros	2024
Regulamento Complementar nº 1	9.382	5.197	(6.720)	1.005	8.864
Empréstimos a Participantes	9.391	5.197	(6.729)	1.005	8.864
(-) Perdas Estimadas - Empréstimos a Participantes	(9)	-	9	-	-
Regulamento Complementar nº 2	3.600	2.597	(3.443)	328	3.082
Empréstimos a Participantes	3.600	2.597	(3.443)	328	3.082
(-) Perdas Estimadas - Empréstimos a Participantes	-	-	-	-	-
Regulamento Geral	90.832	67.153	(70.318)	10.921	98.588
Empréstimos a Participantes	90.993	67.498	(70.656)	10.921	98.756
(-) Perdas Estimadas - Empréstimos a Participantes	(161)	(345)	338	-	(168)
PrevMais	169.318	169.118	(163.413)	18.996	194.019
Empréstimos a Participantes	169.523	169.626	(163.792)	18.996	194.353
(-) Perdas Estimadas - Empréstimos a Participantes	(205)	(508)	379	-	(334)
Total de Operações com Participantes	273.132	244.065	(243.894)	31.250	304.553

As operações com participantes representam os empréstimos concedidos, pelo valor principal acrescidos dos encargos contratuais. Os empréstimos são concedidos aos participantes e assistidos dos planos de benefícios Regulamento Complementar nº 1 e nº 2, Regulamento Geral e PrevMais.

Planos	Juros modelo atual	Juros modelo antigo	Prazo	Limite do empréstimo Valores em Reais
Regulamento Complementar n 1	Mensal - 0,497% + INPC	Mensal - 0,518% + INPC	3 a 96 meses	Até R\$ 100.000,00.
				Ativo: 70% da reserva individual de poupança resgatável e parcela até 30% da renda mensal líquida ou do benefício mensal líquido. Assistido: até 30% da renda mensal líquida ou do benefício mensal líquido.
Regulamento Complementar n 2	Mensal - 0,517% + INPC	Mensal - 0,537% + INPC	3 a 96 meses	Até R\$ 100.000,00.
				Ativo: 70% da reserva individual de poupança resgatável e parcela até 30% da renda mensal líquida ou do benefício mensal líquido. Assistido: até 30% da renda mensal líquida ou do benefício mensal líquido.
Regulamento Geral	Mensal - 0,555% + INPC	Mensal - 0,576% + INPC	3 a 120 meses	Até R\$ 200.000,00.
				Ativo: 70% da reserva individual de poupança resgatável e parcela até 30% da renda mensal líquida. Assistido: até 30% do benefício mensal líquido junto ao plano
PrevMais	Mensal - 0,517% + INPC	Mensal - 0,457% + INPC	3 a 120 meses	Até R\$ 200.000,00.
				Ativo com menos de 5 anos: 70% do MFI apenas do participante e 30% da renda mensal líquida Ativo com mais de 5 anos: 70% do MFI apenas do participante + patrocinadora e 30% da renda mensal líquida Assistido Renda Vitalícia: até 30% do benefício mensal líquido junto ao plano Assistido Programada: 70% do saldo de conta remanescente e 30% do benefício mensal líquido junto ao plano

As taxas de juros brutas contemplam a taxa de administração, taxa de contingência e o seguro prestamista.

As carteiras de empréstimos do Economus passaram por alterações no decorrer do exercício de 2024.

Taxas de Juros

Em janeiro de 2024, houve alteração das taxas de juros líquidas dos empréstimos, as quais acompanham a taxa mínima atuarial acrescida de 0,5% a.a. A seguir estão demonstradas as taxas brutas:

- Regulamento Complementar nº 1: de 6,39% a.a para 5,89% a.a;

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- Regulamento Complementar nº 2: de 6,64% a.a para 6,13% a.a;
- Regulamento Geral: de 7,13% a.a para 6,62% a.a;
- PrevMais: de 5,62% a.a para 6,13% a.a.

Seguro Prestamista e Taxa de Contingência

Em função da renovação contratual relativa ao Seguro Prestamista, a partir de setembro de 2024, a taxa aplicável aos novos contratos e aos contratos vigentes passaram a ser as seguintes:

- Regulamento Complementar nº 1: de 5,89% a.a para 6,13% a.a;
- Regulamento Complementar nº 2: de 6,13% a.a para 6,38% a.a;
- Regulamento Geral de 6,62% a.a para 6,87% a.a;
- PrevMais: de 6,13% a.a para 6,38% a.a.

Limites e Prazos

Em outubro de 2024, foram ampliados os limites e prazos máximos de contratação:

- Regulamento Geral: de R\$ 175 para R\$ 200;
- PrevMais: de R\$ 160 para R\$ 200, e prazo de 96 meses para 120 meses.

Além disso, é importante mencionar que é cobrado e descontado do valor principal o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), conforme a legislação vigente.

Em caso de provisionamento de 100% do saldo devedor para créditos de liquidação duvidosa, o plano de benefícios detentor do crédito é ressarcido integralmente pelo fundo contábil de contingência (risco de crédito), que, a partir desse momento, assume a posição dos eventuais devedores.

7.6 Depósitos Judiciais e Recursais

Descrição	2024	2023
Regulamento Geral	-	1.702
Depósito Judiciais - Ação Tributária (Imóveis - IPTU)	-	1.702
Total de Depósitos Judiciais/Recursais	-	1.702

Em 2024, os depósitos judiciais feitos em execuções fiscais de tributos incidente sobre os Imóveis do Plano Regulamento Geral do processo do PPI (nota explicativa 11, letra "b").

7.7 Recursos a Receber de Precatórios

Em 23/11/2021, a Assembleia Extraordinária da Abrapp autorizou a formalização de proposta junto à Procuradoria Regional da União da 2ª Região (PRU-2), visando a atualização dos títulos de OFND's pelo IPC em substituição ao BTN, com pagamento imediato dos valores recalculados, corrigidos e acrescidos de juros.

O acordo foi assinado em 25/03/2022, homologado pelo Juízo em 28/03/2022. O valor requisitado para o Plano de Benefícios Regulamento Geral foi de R\$ 33.007 em abril de 2022.

Em 2024, o valor recebido do precatório totalizou R\$ 35.942, correndo uma variação positiva no exercício de R\$ 1.513.

Descrição	2024	2023
Regulamento Geral	-	34.429
Recursos a Receber de Precatórios (OFND)	-	34.429
Total de Precatórios a Receber - Investimentos	-	34.429

7.8 Outros Realizáveis

Descrição	2024	2023
Regulamento Geral	4.533	4.234
Depósito Judicial em Garantia de Subscrição - Ambev ^(a)	4.533	4.234
Total de Outros Realizáveis - Investimentos	4.533	4.234

(a) Ação ordinária movida contra Companhia de Bebidas das Américas - Ambev, relativa a bônus de subscrição.

8. Perfil de Investimentos – Plano de Benefícios PrevMais

Apresenta-se a seguir a composição dos perfis de investimentos:

Perfil	Qtd. Participantes (*)		Volume dos recursos		Rentabilidade (%)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Conservador	7.230	7.238	1.968.678	1.764.698	10,13%	13,57%
Moderado	1.168	1.143	377.556	326.946	7,53%	14,25%
Agressivo	543	586	190.916	192.483	4,20%	15,40%
Super Agressivo	354	388	128.283	135.990	1,14%	16,18%
Total	9.295	9.355	2.665.433	2.420.117		

(*) Considera os participantes ativos, autopatrocinados, Benefício Proporcional Diferido (BPD) e Obrigações Pendentes com Participantes (OPP) - participantes desligados do Plano/Patrocinador, aguardando concessão de benefício, aguardando opção pelos Institutos, suspensos ou falecidos. No perfil conservador foi incluída a quantidade de aposentados com opção por renda mensal por período determinado, renda mensal em percentual do Montante Financeiro Individual (MFI) e pensionistas com saldo de MFI. A quantidade de participantes informada refere-se ao perfil de investimento da última inscrição dos participantes no plano.

Perfil Conservador: busca realizar 100% de sua alocação na carteira que combina Renda Fixa e Empréstimos, e agrupa uma composição de ativos financeiros com reduzido nível de risco, privilegiando em grande medida a liquidez da carteira e a preservação do valor investido. Essa classe de investimento é destinada aos participantes com baixa tolerância a risco e é recomendada para aqueles com pouco tempo para requerer a aposentadoria no PrevMais.

Perfil Moderado: busca realizar 85% de alocação na carteira que combina Renda Fixa e Empréstimos e 15% na carteira de Renda Variável buscando obter retorno superior ao verificado o Perfil Conservador no longo prazo com maior risco.

Perfil Agressivo: busca realizar 70% de alocação na carteira que combina Renda Fixa e Empréstimos e 30% na carteira de Renda Variável buscando obter retorno acima do Perfil Moderado no longo prazo, com maior nível de risco. Destinado aos Participantes que estão dispostos a correr mais riscos em busca de maior retorno no longo prazo.

Perfil Super Agressivo: busca realizar 55% na carteira que combina Renda Fixa e Empréstimos e 45% na carteira de Renda Variável buscando obter retorno acima do Perfil Agressivo no longo prazo, com maior nível de risco e volatilidade. Este é o perfil que oferece maior nível de risco devido à maior participação em Renda Variável.

9. Imobilizado e Intangível

A composição do ativo permanente está demonstrada como segue:

Descrição	2023	Adições	Baixas	Depreciações e amortizações	2024
Imobilizado	758	119	(467)	178	588
Móveis e Utensílios	30	34	-	(11)	53
Máquinas e Equipamentos	719	70	(463)	196	522
Celulares e Tablets	9	15	(4)	(7)	13
Intangível	79	-	-	(20)	59
Software	79	-	-	(20)	59
Total do Imobilizado e Intangível	837	119	(467)	158	647

10. Exigível Operacional

A composição do exigível operacional está demonstrada como segue:

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Gestão Previdencial	2.281	1.526	1.597	1.352	10.020	9.859	1.572	1.547	-	-	15.470	14.284
Benefícios a Pagar	-	-	-	108	-	68	-	-	-	-	-	176
Retenções a Recolher	5	4	1	2	9.993	9.715	1.501	1.404	-	-	11.500	11.125
Outras Exigibilidades ^(a)	2.276	1.522	1.596	1.242	27	76	71	143	-	-	3.970	2.983
Gestão Administrativa	-	-	-	-	-	-	-	-	7.154	6.636	7.154	6.636
Contas a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	6.005	5.481	6.005	5.481
Retenções a Recolher	-	-	-	-	-	-	-	-	1.149	1.155	1.149	1.155
Investimento	26	22	13	13	1.059	1.015	728	634	-	-	1.826	1.684
Investimentos em Imóveis	-	-	-	-	21	37	-	-	-	-	21	37
Operações com Participantes	8	7	3	3	88	70	182	126	-	-	281	206
Taxa de Administração a Repassar	15	15	10	9	845	808	497	459	-	-	1.367	1.291
Retenções de Tributos a Recolher	2	-	-	1	30	28	42	45	-	-	74	74
Outras Exigibilidades ^(b)	1	-	-	-	75	72	7	4	-	-	83	76
Total do Exigível Operacional	2.307	1.548	1.610	1.365	11.079	10.874	2.300	2.181	7.154	6.636	24.450	22.604

(a) Referem-se à taxa de administração, às contribuições a repassar entre os planos de benefícios e Depósitos judiciais a repassar ao Banco do Brasil S.A., quitadas em janeiro de 2025.

(b) Refere-se ao valor a pagar da taxa de custódia dos investimentos, juntamente com as despesas relacionadas aos imóveis do Regulamento Geral, quitados em janeiro de 2025.

11. Exigível Contingencial

O Economus tem ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias.

As provisões de processos classificados com perda provável, ou seja, aqueles que o Economus entende que será condenado e provavelmente gerarão desembolsos futuros, estão apresentadas no quadro a seguir, o qual demonstra a composição das provisões contingenciais relativas aos Planos de Benefícios e ao PGA.

Descrição	Provisões		
	2023	Constituição/ (Reversão)	2024
Gestão Previdencial	305.794	16.413	322.207
Regulamento Complementar nº 1	11.047	(785)	10.262
Regulamento Complementar nº 2	2.196	(194)	2.002
Regulamento Geral	292.203	17.656	309.859
PrevMais	348	(264)	84
Gestão Administrativa	20.292	112.040	132.332
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	20.292	112.040	132.332
Investimentos	1.731	(1.731)	-
Regulamento Geral	1.731	(1.731)	-
Total do Exigível Contingencial	327.817	126.722	454.539

a) Gestão Previdencial

A Entidade é ré em ações ajuizadas por participantes relacionadas ao período laboral exercido no Patrocinador, mas que refletem nos benefícios previdenciários concedidos pelo Economus, as quais, na sua maioria, os reclamantes discutem pretensos direitos relacionados aos benefícios dos Planos de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2 e Regulamento Geral. Esses processos estão em diversos estágios, inclusive com valores depositados judicialmente. Quase a totalidade dessas ações refere-se ao Regulamento Geral.

Nas ações judiciais de reflexos do Regulamento Geral, o Economus defende a impossibilidade de majoração do benefício sem o prévio custeio e recomposição da reserva matemática, requerendo o aporte necessário para fazer frente à diferença de benefício pleiteada, apresentando cálculos que impõem ao Reclamante e ao Patrocinador o aporte dos valores necessários para custear o incremento do benefício pretendido, de forma a mitigar impactos no plano.

Para as ações cíveis do Regulamento Geral que discutem diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais, decorrentes de concessão ou revisão do benefício em reclamatória trabalhistas em face do Patrocinador, a provisão é realizada apenas para fazer frente aos honorários de sucumbência, visto que a posição atual da Jurisprudência do STJ – Superior Tribunal de Justiça é que, nestes casos (ações distribuídas até 08/08/2018), a reclamação trabalhista de verbas salariais ajuizada em face do Empregador pode ter repercussão no plano, desde que exista cláusula no regulamento e que ocorra a prévia e integral recomposição da reserva matemática, vedando o recálculo do benefício de suplementação de aposentadoria para aqueles que ingressaram em juízo após a referida data.

O passivo previdencial no exercício reflete a movimentação das reclamações trabalhistas e ações cíveis que tiveram decisões desfavoráveis ao Economus e depósitos judiciais decorrentes de determinações judiciais. Contabilmente, está provisionado, em 2024, o valor de R\$ 322.207 (R\$ 305.794, em 2023).

b) Gestão Administrativa

Ações trabalhistas: ações ajuizadas por ex-funcionários do Economus e empregados de empresas terceirizadas que prestam serviço ao Economus. Esses processos estão em diversos estágios de andamento, alguns, com valores depositados judicialmente. Contabilmente, está provisionado, em 2024, o valor de R\$ 267 (R\$ 159, em 2023).

Ações tributárias:

- i) **PIS e Cofins de 2006:** em 2006 o Economus impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar com o objetivo de não submeter a Entidade ao recolhimento de PIS e COFINS nos moldes exigidos pela Lei nº 9.718/1998. O processo encontra-se no TRF3 e está suspenso aguardando julgamento de recurso no STF cuja decisão vinculará os tribunais de todo o país. O Economus continua cumprindo a legislação vigente e depositando os valores em juízo. Contabilmente, está provisionado em 2024, o valor de R\$ 22.618 (R\$ 20.133, em 2023).
- ii) **PIS e Cofins de 1996 a 2000:** autos lavrados pela Receita Federal do Brasil (RFB), questionando incidência e bases de cálculo de recolhimento referentes aos exercícios de 1996 a 2000. Após o trâmite da discussão na instância administrativa, o Economus ajuizou em 2002 ação anulatória

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

com pedido de antecipação de tutela. A ação foi julgada procedente em agosto de 2008, tendo a União recorrido da decisão em janeiro de 2009. Ao recurso de apelação da União foi dado provimento, reformando a sentença e julgando improcedente o pedido do Economus, sendo que o Economus interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário, ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente. O processo teve sua tramitação suspensa até 11/2022, ocasião em que foi revogado o sobrestamento da ação e os recursos interpostos pelo Economus encaminhados ao STJ.

Com o Acordo Judicial firmado na ação judicial ajuizada pela Anapar, que resultou no aporte de recursos no Fundo FEAS (Demonstração Contábil da Gestão Assistencial), foi readequado o depósito Judicial e o passivo contingencial dessa ação, considerando a base de cálculo original do auto de infração, que tem naturezas previdenciária e assistencial, o Fundo Administrativo Previdencial (PGA) e o Fundo Administrativo Assistencial (FAA) passaram a ser os responsáveis por receber o depósito judicial do PIS e Cofins, caso a ação seja bem-sucedida.

A readequação da responsabilidade referente ao PIS e Cofins, transferiu o depósito judicial e o passivo contingencial do Fundo FEAS (Gestão Assistencial) para o PGA Previdencial (69,31%) e o Administrativo Assistencial (30,69%), recompondo o valor do auto de infração na proporção original. Contabilmente, está provisionado no PGA, em 2024, o valor R\$ 109.447 (R\$ 0, em 2023).

c) Investimentos

Imóveis: processo em trâmite na Justiça Cível envolvendo discussão relativa a imóvel locado a terceiros, com provisionamento, em 2024, no valor de R\$ 0 (R\$ 29, em 2023).

Programa de Parcelamento Incentivado - IPTU: ações de execuções fiscais de IPTU de imóveis que o Economus já foi proprietário nos anos 80/90. Os valores foram provisionados e depositados. Contabilmente, está provisionado, em 2024, no valor de R\$ 0 (R\$ 1.702, em 2023).

Em 2007 o Economus aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129/2006, o qual está em fase de homologação pela Prefeitura de São Paulo e de levantamento dos depósitos. O PPI foi um programa cuja finalidade era oferecer oportunidade para que as pessoas físicas ou jurídicas pudessem quitar seus débitos tributários e não tributários e, assim, regularizar a situação perante o Município de São Paulo, com redução de até 75% da multa e 100% dos juros de mora.

Em 2024, recebemos R\$ 646 desse processo, a título de depósitos judiciais levantados, e o saldo remanescente foi levantado pelo Município, devendo ser encerradas as execuções fiscais de IPTU dos imóveis do Economus.

11.1 Passivos Contingentes – Possíveis

O Economus, em sintonia com o Pronunciamento CPC 25, considera como passivo contingente os recursos necessários para fazer frente às ações ajuizadas em face do Economus cujo objeto é classificado com chance de perda possível. Quase a totalidade dessas ações refere-se ao Regulamento Geral, estando assim representadas:

Natureza	Descrição do objeto	Perda Possível	
		2024	2023
Gestão Previdencial		63.762	85.432
Regulamento Complementar nº 2	Processos movidos por beneficiários de ex-participantes requerendo o pagamento de pensão e pecúlio por morte.	700	-
Regulamento Geral	Diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciários, concessão ou revisão de benefício.	62.981	85.357
PrevMais	Diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciários, concessão ou revisão de benefício.	82	75
Gestão Administrativa		69	503.456
Plano de Gestão Administrativa	Verbas trabalhistas/reintegração ao emprego	-	257
	Pedido de compensação de tributos	69	64
	Recomposição do Patrimônio	-	503.135
Investimentos		215	7
Regulamento Geral	Empréstimo a participantes	215	7
Valor total das ações com risco de perda possível		64.047	588.895

Os processos são reavaliados periodicamente para confirmar ou alterar a classificação de perda.

Recomposição do Patrimônio do FEAS - Processo 0263862-11.2007.8.26.0100

A ação ajuizada pela Anapar pedia a recomposição do patrimônio do FEAS - Fundo Economus de Assistência Social, em decorrência da retirada, entre janeiro de 2004 e agosto de 2006, de valores para fins de depósito judicial em ação anulatória de débito tributário de Pis e Cofins (autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil em 2001 e 2002).

Em 2023, a contingência da ação foi alocada no Plano de Gestão Administrativa (previdência) e no Fundo Administrativo Assistencial (saúde) que seriam onerados na hipótese de ser confirmada a condenação do Economus, incluindo principal e acessórios, distribuídos da seguinte forma: (i) 69,31% no Administrativo da Previdência, totalizando R\$ 503.135; e (ii) 30,69% no Administrativo da Assistência à Saúde, totalizando R\$ 222.784.

Em 2024, o processo de recomposição do Patrimônio do Fundo FEAS foi encerrado em razão de Acordo Judicial no valor de R\$ 192.851, firmado na ação judicial movida pela Anapar. O Plano de Gestão Administrativo (PGA) ficou responsável pelo custeio da parcela de R\$ 107.851, os quais já foram quitados e a ação encerrada.

11.2 Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais do Economus estão relacionados às provisões e passivos contingentes, visto que são garantidores de potenciais pagamentos de contingências e são registrados no ativo não circulante até que seja proferida decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

Descrição	Depósitos Judiciais	
	2024	2023
Gestão Previdencial	195.858	177.085
Regulamento Complementar nº 1	10.262	11.047
Regulamento Complementar nº 2	1.712	2.196
Regulamento Geral	183.799	163.494
PrevMais	85	348
Gestão Administrativa	131.887	19.908
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	131.887	19.908
Investimentos	-	1.702
Regulamento Geral	-	1.702
Total de Depósitos Judiciais	327.745	198.695

Em 2024, o aumento do depósito judicial do Plano de Gestão Administrativa (PGA) deve-se, principalmente, à readequação da responsabilidade referente ao depósito judicial dos autos de infração do PIS e da Cofins de 1996 a 2000. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, letra “b”, item ii, essa readequação transferiu o depósito judicial e o passivo contingencial do Fundo FEAS (Gestão Assistencial) para o PGA Previdencial (proporção de 69,31%) e para o Fundo Administrativo Assistencial (proporção de 30,69%).

12. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário responsável pelos planos de benefícios, conforme pareceres atuariais e notas técnicas atuariais. As provisões matemáticas de benefícios a conceder representam os compromissos futuros assumidos junto aos seus participantes ativos, enquanto as provisões matemáticas de benefícios concedidos representam os compromissos futuros junto aos assistidos. Já as provisões matemáticas a constituir representam o valor atual das contribuições extraordinárias, referente a déficit equacionado.

Conforme legislação vigente, a partir de 01/2021 procedeu-se a reclassificação contábil das dívidas a parcela do Patrocinador Banco do Brasil S.A. com instrumento contratual dos planos Regulamento Complementar nº 1 (déficit de 2015), Regulamento Geral (déficit de 2015 e 2017) e posteriormente, após assinatura do contrato de dívida, em junho/2022 o saldo do Patrocinador Economus no Regulamento Geral (déficit de 2015 e 2017), para o Ativo, “Operações Contratadas”.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2024, as movimentações das provisões das matemáticas totalizam R\$ 11.145.332 (R\$ 10.609.023, em 2023), conforme detalhamento a seguir:

Descrição	31/Dezembro/2023	Constituição no exercício	31/Dezembro/2024
Benefícios Concedidos	9.106.910	180.248	9.287.158
Contribuição Definida	356.708	(11.247)	345.461
Saldo de contas dos Assistidos	356.708	(11.247)	345.461
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	8.750.202	191.495	8.941.697
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	7.433.541	111.300	7.544.841
Valor atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	1.316.661	80.195	1.396.856
Benefícios a Conceder	2.783.648	290.719	3.074.367
Contribuição Definida	2.000.454	286.333	2.286.787
Saldo de contas - Parcela Patrocinador	991.196	140.983	1.132.179
Saldo de contas - Parcela constituída pelos Participantes	1.008.953	144.697	1.153.650
Saldo de contas - Parcela Participantes Portada de EFPC	305	653	958
Benefício Definido Estrutura em Regime de Capitalização	557.715	3.339	561.054
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados	557.843	3.285	561.128
(-) Valor atual das contribuições Futuras dos Patrocinadores	(64)	27	(37)
(-) Valor atual das contribuições Futuras dos Participantes	(64)	27	(37)
Benefício Definido Estrutura em Regime de Capitalização não Programada	225.479	1.047	226.526
Valor atual dos Benefícios Futuros Não Programados	249.589	(2.127)	247.462
(-) Valor atual das contribuições Futuras dos Patrocinadores	(12.055)	1.587	(10.468)
(-) Valor atual das contribuições Futuras dos Participantes	(12.055)	1.587	(10.468)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(1.281.535)	65.342	(1.216.193)
(-) Patrocinador (es)	(191.565)	9.136	(182.429)
(-) Patrocinador (es) 2005	(191.565)	9.136	(182.429)
(-) Participantes	(73.899)	25.019	(48.880)
(-) Participantes 2005	(12.269)	739	(11.530)
(-) Participantes 2015	(10.850)	7.669	(3.181)
(-) Participantes 2017	(50.780)	16.611	(34.169)
(-) Assistidos	(1.016.071)	31.187	(984.884)
(-) Assistidos 2005	(179.297)	8.397	(170.900)
(-) Assistidos 2015	(94.675)	11.464	(83.211)
(-) Assistidos 2017	(742.099)	11.326	(730.773)
Total das Provisões Matemáticas	10.609.023	536.309	11.145.332

12.1 Duração do Passivo

A duração do passivo (duration do plano) corresponde ao prazo médio de pagamento dos benefícios do plano ponderado pelo montante de benefícios pago a cada ano, considerando estes benefícios reduzidos pelas contribuições normais e extraordinárias pagas pelas patrocinadoras, participantes e assistidos.

Plano	Duração do Passivo (em anos)	
	2024	2023
Regulamento Complementar nº 1	11,1279	12,5382
Regulamento Complementar nº 2	5,82970	7,10840
Regulamento Geral	10,5978	10,8834
Plano PrevMais	11,6072	12,0685

12.2 Taxa de Juros Parâmetro

A Previc divulga anualmente a Taxa de Juros Parâmetro que as EFPC deverão utilizar nas avaliações atuariais, dependendo da situação de cada plano de benefícios. Por meio da Portaria Previc nº 308/2024, foi divulgada a Taxa de Juros Parâmetro para o encerramento do exercício de 2024. Esta taxa visa indicar qual a taxa de juros média que melhor fica alinhada com a duração do

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

passivo dos planos de benefícios, observando o cenário econômico brasileiro. A portaria divulga também os limites inferiores e superiores a serem adotados para a definição da taxa de juros, conforme demonstrativo abaixo:

Portaria Previc nº 308 / 2024					
Plano	Duração do Passivo base para a Taxa Parâmetro	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial de 2024)
Regulamento Complementar nº 1	12,5382	3,36%	4,80%	5,20%	4,00%
Regulamento Complementar nº 2	7,1084	3,13%	4,47%	4,87%	4,00%
Regulamento Geral	10,8834	3,32%	4,74%	5,14%	4,75%
Plano PrevMais	12,0685	3,35%	4,78%	5,18%	4,00%

12.3 Premissas e Hipóteses Atuariais

As principais motivações das alterações das premissas e os efeitos ocorridos são:

Premissa	Motivações da Mudança	Efeitos
Taxa de Juros	Estabelecida em função dos Estudos Técnicos de Convergência das Taxas Real Anual de Juros, dentre outras premissas, o cálculo de volatilidade dos ativos, projeções de rentabilidade dos ativos, fluxo do passivo, etc.	A redução da taxa de juros eleva o valor de todas as provisões matemáticas.
Fator de determinação (Valor Real dos Benefícios)	Decorre da expectativa de mercado para a inflação.	A elevação do fator de determinação/capacidade gera o aumento das provisões matemáticas.
Crescimento Real de Salário	Atualizada em função das informações prestadas pelas patrocinadoras, conforme previsto no artigo 3º, parágrafo 2º da Resolução CNPC nº 30/2018.	A majoração desta premissa incrementa o valor da provisão matemática a Conceder nos planos de benefício definido.
Tábuas Biométricas	Considerando as mudanças ocorridas na movimentação das massas e a dinâmica populacional, com o objetivo de refletir adequadamente as características biométricas dos participantes e assistidos do plano.	Para os eventos de mortalidade de válidos e inválidos, quando maior a longevidade, maior o incremento das provisões matemáticas para os benefícios pagos sob forma vitalícia. Para o evento de entrada em invalidez, o aumento de sua probabilidade eleva a provisão matemática de Benefícios a Conceder referente ao benefício de invalidez.
Rotatividade	Atualizada em função das informações prestadas pelas patrocinadoras, conforme previsto no artigo 3º, parágrafo 2º da Resolução CNPC nº 30/2018.	o aumento da rotatividade reduz o valor das provisões matemáticas de Benefícios a Conceder.
Composição Familiar	Atualização em função do conjunto de beneficiários considerando no estudo técnico e utilizado na apuração do compromisso decorrente de morte (Pensão).	Com base na composição familiar são apuradas as anuidades para o cálculo dos compromissos decorrentes de morte. Assim, o aumento dessa anuidade provoca a majoração dos compromissos dos beneficiários de pensão a conceder.

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2024 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Deliberativo do Economus e acompanhado de parecer favorável do Conselho Fiscal, conforme abaixo:

Plano Regulamento Complementar nº 1		
Premissas e Hipóteses	2024	2023
Taxa Real Anual de Juros	4,00%	3,76%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real – Benefícios	0,9800	0,9800
Tábua de Mortalidade	AT2000 Básica por sexo	AT-83 IAM Feminina
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI 2006 Feminina	MI 2006 Feminina
Tábua de Morbidez	Não Aplicável	Não Aplicável
Composição Familiar	Família Real	Família Real

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Plano Regulamento Complementar nº 2		
Premissas e Hipóteses	2024	2023
Taxa Real Anual de Juros	4,00%	4,00%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real - Benefícios	0,9800	0,9800
Tábua de Mortalidade	CPM2014 Masculina	AT-83 IAM Feminina
Composição Familiar	Família Real	Família Real

Plano Regulamento Geral		
Premissas e Hipóteses	2024	2023
Taxa Real Anual de Juros	4,75%	4,75%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real – Benefícios	0,9800	0,9800
Tábua de Mortalidade	RP2000 por sexo D30%	RP2000 por sexo D30%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI 2006 Feminina	MI 2006 Feminina
Tábua de Entrada em Invalidez	Exp. EI Reg. Geral 2014-2023	Americana D10%
Tábua de Rotatividade	Exp. Rot. RegulGeral 2014-2023	Exp. Rot. RegulGeral 2013-2022
Tábua de Morbidez	Exp. Auxílio-Doença RegGeral 2016-2023	Exp. Auxílio-Doença RegGeral 2016-2022
Composição da Família de Pensionistas	Composição Familiar Real	Composição Familiar Real
Crescimento Real de Salários	0,00%	0,00%

Plano PrevMais		
Premissas e Hipóteses	2024	2023
Taxa Real Anual de Juros	4,00%	4,00%
Indexador do Benefício	INPC e Cota Patrimonial	INPC e Cota Patrimonial
Fator de determinação Valor Real - Benefícios	0,9800	0,9800
Crescimento Real de Salário	1,00%	1,00%
Tábua de Mortalidade	AT-2000 Suav em 10% F	AT-2000 Suav em 10% F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI 2006 Feminina	MI 2006 Feminina
Tábua de Entrada em Invalidez	Exp. EI Pmais 2014-2023	TASA 1927 D40%
Tábua de Rotatividade	Exp. Rot. PrevMais 2014-2023	Exp. Rot. PrevMais 2013-2022
Tábua de Morbidez	Exp. Aux. Doença PREVMAIS 2016-2023	Exp. Aux. Doença PREVMAIS 2016-2022
Composição Familiar	Benef. concedidos – família real Benef. a conceder - família média: Partic com dep. Vitalício: 75% (Tit. M); 65% (Tit F) Dif média de idades: 3 anos (Tit. M); 2 anos (Tit F) Filho mais jovem: 10,1 anos (formulação única)	Benef. concedidos – família real Benef. a conceder - família média: Partic com dep. Vitalício: 75% (Tit. M); 65% (Tit F) Dif média de idades: 3 anos (Tit. M); 2 anos (Tit F) Filho mais jovem: 10,1 anos (formulação única)

12.4 Demonstrativo da Composição das Provisões Matemáticas por Planos

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Benefícios concedidos	13.387	13.763	2.013	2.110	8.447.884	8.279.518	823.874	811.519	9.287.158	9.106.910
Contribuição Definida	-	-	-	-	-	-	345.461	356.708	345.461	356.708
Benefício Definido	13.387	13.763	2.013	2.110	8.447.884	8.279.518	478.413	454.811	8.941.697	8.750.202
Benefícios a conceder	81.178	78.003	48.233	48.116	569.940	566.546	2.375.016	2.090.983	3.074.367	2.783.648
Contribuição Definida	-	-	-	-	-	-	2.286.787	2.000.453	2.286.787	2.000.453
Benefício Definido	81.178	78.003	48.233	48.116	569.940	566.546	88.229	90.530	787.580	783.195
(-) Provisões matemáticas a constituir	-	(4.389)	-	-	(1.216.193)	(1.277.146)	-	-	(1.216.193)	(1.281.535)
(-) Patrocinador (es)	-	-	-	-	(182.429)	(191.565)	-	-	(182.429)	(191.565)
(-) Patrocinador (es) 2005	-	-	-	-	(182.429)	(191.565)	-	-	(182.429)	(191.565)
(-) Patrocinador (es) 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Patrocinador (es) 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Participantes	-	(4.373)	-	-	(48.880)	(69.526)	-	-	(48.880)	(73.899)
(-) Participantes 2005	-	-	-	-	(11.530)	(12.269)	-	-	(11.530)	(12.269)
(-) Participantes 2015	-	(4.373)	-	-	(3.181)	(6.477)	-	-	(3.181)	(10.850)
(-) Participantes 2017	-	-	-	-	(34.169)	(50.780)	-	-	(34.169)	(50.780)
(-) Assistidos	-	(16)	-	-	(984.884)	(1.016.055)	-	-	(984.884)	(1.016.071)
(-) Assistidos 2005	-	-	-	-	(170.900)	(179.297)	-	-	(170.900)	(179.297)
(-) Assistidos 2015	-	(16)	-	-	(83.211)	(94.659)	-	-	(83.211)	(94.675)
(-) Assistidos 2017	-	-	-	-	(730.773)	(742.099)	-	-	(730.773)	(742.099)
Total das Provisões Matemáticas	94.565	87.377	50.246	50.226	7.801.631	7.568.918	3.198.890	2.902.502	11.145.332	10.609.023

12.4.1 Provisões Matemáticas a Constituir

As provisões matemáticas a constituir totalizaram R\$ 1.216.193 (R\$ 1.277.146, em 2023), referentes ao valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos patrocinadores, participantes e assistidos.

a) Regulamento Complementar nº 1

A redução nas Provisões Matemáticas a Constituir decorre do encerramento das contribuições para cobertura do déficit equacionado em 2015, por parte dos participantes e assistidos.

Plano de Benefício Definido (Regulamento Complementar nº 1)		
Déficit Equacionado 2015		
	2024	2023
Valor contratado	-	20.136
Saldo devedor atual Patrocinador (Ativo)	-	2.186
Saldo devedor atual (Passivo)	-	4.389
Prazo de amortização pactuado	-	147 meses
Prazo de amortização restante	-	23 meses
Data de vencimento	-	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	-	INPC + 3,76%

No exercício de 2024, o saldo das Provisões Matemáticas a Constituir relativas ao Plano de Equacionamento de Déficit de 2015, assim como sua contraparte registrada no ativo do plano, foi integralmente quitado por meio da utilização do superávit acumulado do plano.

b) Regulamento Geral

O decréscimo nas Provisões Matemáticas a Constituir deve-se à atualização da provisão e entrada de contribuições para cobertura do déficit equacionado em 2005, 2015 e 2017, por patrocinador, participantes e assistidos, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Conselho Deliberativo do Economus.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral) Déficit Equacionado 2005		
	2024	2023
Valor contratado	247.989	247.989
Saldo devedor atual (Passivo)	364.859	383.131
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	311 meses	311 meses
Prazo de amortização restante	95 meses	104 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 4,75%	INPC + 4,75%

Na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2010, foi alterado o método de financiamento utilizado para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao Déficit Equacionado de 2005, que passou para o Método Price. O prazo médio referencial estimado para amortização extraordinária do déficit técnico foi fixado em 311 meses, contados a partir de abril de 2011.

Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral) Déficit Equacionado 2015		
	2024	2023
Valor contratado	285.605	285.605
Saldo devedor atual Patrocinador (Ativo)	86.392	101.136
Saldo devedor atual (Passivo)	86.392	101.136
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	198 meses	198 meses
Prazo de amortização restante	49 meses	115 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 4,75%	INPC + 4,75%

(1) O método de financiamento utilizado para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao déficit equacionado de 2015, é o Método Price.

Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral) Déficit Equacionado 2017		
	2024	2023
Valor contratado	1.533.970	1.533.970
Saldo devedor atual Patrocinador (Ativo)	764.942	792.879
Saldo devedor atual (Passivo)	764.942	792.879
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	206 meses	206 meses
Prazo de amortização restante	116 meses	149 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 4,75%	INPC + 4,75%

(1) O método de financiamento utilizado para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao déficit equacionado de 2017, é o Método Price.

13. Equilíbrio Técnico

A Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, que trata sobre os procedimentos a serem observados na apuração do resultado do plano, passou a considerar a duração do passivo do plano de benefícios (*duration*) na apuração do limite de equilíbrio técnico acumulado. A *duration* corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamento de benefícios do plano, líquido de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

13.1 Regulamento Complementar nº 1

O equilíbrio técnico acumulado do plano apresenta superávit técnico acumulado em 2024 de R\$ 1.625 (Superávit Técnico de R\$ 4.950, em 2023).

Equilíbrio Técnico	2024	2023
Reserva de Contingência	1.625	4.950
Total do Superávit Técnico Acumulado	1.625	4.950

A natureza do resultado mantido pelo plano é estrutural e conjuntural, sendo importante destacar que mais de 80% do passivo atuarial do Plano refere-se ao benefício de Pecúlio por Morte, cujo envelhecimento da população impacta diretamente na evolução deste compromisso.

Evolução - Regulamento Complementar nº 1	2024	2023
Equilíbrio Técnico de 2023 (Exercício Anterior)	4.950	(263)
(+) Resultado Líquido Previdências	(1.707)	2.680
(+) Atualização dos Depósitos Judiciais/Recurrais	44	71
(+) Cobertura de Despesas Administrativas	(3.115)	(3.034)
(+) Resultado Líquido dos Investimentos	9.054	9.749
(+) Variação das Provisões Matemáticas	(7.188)	(4.318)
(+) Reversão/(Constituição) de Contingência - Gestão Previdencial	(413)	65
Equilíbrio Técnico de 2024	1.625	4.950
Ajuste de Precificação	-	-
Equilíbrio Técnico Ajustado - No Exercício	1.625	4.950

O **Resultado Líquido dos Investimentos**, no tocante aos ativos do plano, a rentabilidade nominal, na aplicação do Patrimônio de Cobertura, ao longo de 2024, foi de 10,22% contra uma meta atuarial nominal de 8,71% (INPC acumulado em 2024, de 4,77%, acrescido da taxa real de juros de 3,76%), o que, em termos reais, representou obter 5,20% contra uma meta atuarial real de 3,76% ao ano estabelecida para 2024, tomando como indexador base, o INPC do IBGE, resultando em um ganho financeiro do Plano de 1,39%.

A **Variação das Provisões Matemáticas** apresentou um incremento dos compromissos atuariais de 8,23%, quando comparado com o exercício de 2023, devido principalmente pela extinção da provisão matemática de benefícios a constituir, porém, considerando o passivo atuarial, dado pelas provisões matemáticas de benefícios concedidos e benefícios a conceder, a variação foi inferior à inflação ocorrida no ano do INPC de 4,77%, o que representa a variação nominal esperada do passivo atuarial do Plano (i.e. o envelhecimento da massa de participantes e assistidos, o impacto decorrente da inflação do período, dentre outras variáveis inerentes ao funcionamento do Plano de Benefícios). Com relação às variações cadastrais, foi identificado um ganho atuarial ocasionado pelo desligamento de participantes ativos que não possuíam dependentes no Plano.

Além disso, no encerramento do exercício houve a alteração de premissas do plano, conforme abaixo:

- Alteração da Tábua de Mortalidade (de AT-83 IAM Feminina para AT-2000 Básica por sexo): perda atuarial na ordem de R\$ 2.275;
- Alteração da Taxa de Juros (de 3,76% para 4,00% a.a.): ganho atuarial na ordem de R\$ 2.475.

Outros fatores que influenciaram na variação das provisões matemáticas foram o envelhecimento da população, tendo em vista que a maior parte do compromisso do plano é destinado ao pagamento de pecúlio por morte, bem como a quitação do déficit equacionado referente ao exercício

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

de 2015 por meio da utilização do superávit apresentado pelo plano, tendo tal movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2024.

O ajuste de precificação foi R\$ 5.907 (R\$ 8.151, em 2023), conforme quadro abaixo:

Ajuste de Precificação						
Tipo	Quantidade	Vencimento	Taxa de Juros	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
NTN-B	3.074	15/08/2030	4,79%	14.586	15.121	535
NTN-B	2.430	15/08/2040	4,88%	12.177	13.337	1.160
NTN-B	4.253	15/05/2045	4,96%	21.239	23.931	2.692
NTN-B	1.367	15/08/2050	5,54%	6.511	8.031	1.520
Total do Ajuste de Precificação				54.513	60.420	5.907

A Duração do Passivo do Plano apurada, por meio do Sistema Venturo, resultou em 11,1279 anos.

Tendo o Regulamento Complementar nº 1 apurado equilíbrio técnico superavitário e o ajuste precificação positivo, não há demonstração do equilíbrio técnico ajustado

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2024	2023
a) Equilíbrio Técnico	1.625	4.950
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	1.625	4.950

13.2 Regulamento Complementar nº 2

Em 2024, apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 14.020 (R\$ 11.625, em 2023). Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, até o limite de 15,8297% das Provisões Matemáticas, montante equivalente a R\$ 7.954, o superávit técnico acumulado deve ser contabilizado em Reserva de Contingência e o superávit excedente, de R\$ 6.066, em Reserva Especial. Por se tratar do segundo ano de formação de Reserva Especial, não há obrigatoriedade de realizar-se revisão do Plano de Benefícios para destinação dos recursos alocados nessa reserva.

Equilíbrio Técnico	2024	2023
Reserva de Contingência	7.954	8.593
Reserva Especial para Revisão de plano	6.066	3.032
Total do Superávit Técnico Acumulado	14.020	11.625

A natureza do resultado mantido pelo plano é estrutural e conjuntural, sendo importante destacar que mais de 90% do passivo atuarial do Plano refere-se ao benefício de Pecúlio por Morte, cujo envelhecimento da população impacta diretamente na evolução deste compromisso.

Evolução - Regulamento Complementar nº 2	2024	2023
Equilíbrio Técnico de 2023 (Exercício Anterior)	11.625	4.990
(+) Resultado Líquido Previdências	(557)	1.550
(+) Atualização dos Depósitos Judiciais/Recurrais	74	52
(+) Cobertura de Despesas Administrativas	(2.790)	(2.897)
(+) Resultado Líquido dos Investimentos	6.213	7.024
(+) Variação das Provisões Matemáticas	(20)	829
(+) Reversão/(Consituição) de Contingência - Gestão Previdencial	(525)	77
Equilíbrio Técnico de 2024	14.020	11.625
Ajuste de Precificação	-	-
Equilíbrio Técnico Ajustado - No Exercício	14.020	11.625

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

O **Resultado Líquido dos Investimentos**, no tocante aos ativos do plano, a rentabilidade nominal do plano, na aplicação do Patrimônio de Cobertura, ao longo de 2024, foi de 10,19% contra uma meta atuarial nominal de 8,96% (INPC acumulado em 2024, de 4,77%, acrescido da taxa real de juros de 4,00%), o que, em termos reais, representou obter 5,18% contra uma meta atuarial de 4,00% ao ano estabelecida para 2024, tomando como indexador base, o INPC do IBGE, resultando em um ganho financeiro do Plano de 1,13%.

A **Variação Provisões Matemáticas** apresentou um incremento dos compromissos atuariais de 0,04%, comparado ao exercício de 2023. A variação levemente positiva em comparação aos resultados do ano passado, é explicada pelo efeito combinado da variação cadastral inerente ao plano de benefícios, sendo identificado um ganho atuarial ocasionado pelo desligamento de participantes ativos que não possuíam dependentes no Plano, contrastando com a alteração da premissa de mortalidade geral (de AT-83 IAM Feminina para CPM-2014 Masculina com perda atuarial na ordem de R\$ 1.990).

Além disso, outro fator que influenciou na variação das provisões matemáticas foi o envelhecimento da população, tendo em vista que a maior parte do compromisso do Plano é destinado ao pagamento de pecúlio por morte.

O ajuste de precificação foi R\$ 1.499 (R\$ 1.779, em 2023).

Ajuste de Precificação						
Tipo	Quantidade	Vencimento	Taxa de Juros	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
NTN-B	710	15/08/2026	6,43%	3.165	3.279	114
NTN-B	82	15/08/2028	5,88%	369	391	22
NTN-B	5.187	15/08/2030	4,92%	24.460	25.515	1.054
NTN-B	262	15/08/2032	6,28%	1.158	1.323	165
NTN-B	88	15/08/2050	6,48%	374	517	143
Total do Ajuste de Precificação				29.526	31.025	1.499

A Duração do Passivo do Plano, apurada, por meio do Sistema Venturo, resultou em 5,8297 anos.

Tendo o Regulamento Complementar nº 2 apurado equilíbrio técnico superavitário e o ajuste precificação positivo, não há demonstração do equilíbrio técnico ajustado.

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2024	2023
a) Equilíbrio Técnico	14.020	11.625
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	14.020	11.625

13.3 Regulamento Geral

O Plano do Regulamento Geral apresentou no encerramento do exercício de 2024 um déficit técnico acumulado de R\$ 487.579 (em 2023, R\$ 503.724).

Equilíbrio Técnico	2024	2023
Déficit Técnico Acumulado	(487.579)	(503.724)
Total do Déficit Técnico Acumulado	(487.579)	(503.724)

A natureza do resultado obtido pelo Plano é de causas estruturais e conjunturais. Houve ganho financeiro em consequência da superação da meta atuarial estabelecida para o exercício de 2024, variações cadastrais ocorridas entre os exercícios 2023 e 2024, reflexo das revisões de benefícios decorrentes das ações judiciais, envelhecimento da massa de participantes e assistidos, e um sutil reflexo oriundo das alterações de premissas que constituíram-se basicamente de atualizações das

hipóteses adotadas pelo Plano.

Evolução - Regulamento Geral	2024	2023
Equilíbrio Técnico de 2023 (Exercício Anterior)	(503.724)	(503.240)
(+) Resultado Líquido Previdencias	(369.329)	(373.382)
(+) Atualização dos Depósitos Judiciais/Recurais	819	558
(+) Cobertura de Despesas Administrativas	(9.816)	(9.536)
(+) Resultado Líquido dos Investimentos	664.570	587.523
(+) Variação das Provisões Matemáticas	(232.713)	(184.303)
(+) Reversão/(Constituição) de Contingência - Gestão Previdencial	(37.386)	(21.344)
Equilíbrio Técnico de 2024	(487.579)	(503.724)
Ajuste de Precificação	451.409	430.056
Equilíbrio Técnico Ajustado - No Exercício	(36.170)	(73.668)

O **Resultado Líquido dos Investimentos**, no tocante aos ativos do plano, a rentabilidade nominal, ao longo de 2024, foi de 10,99% contra uma meta atuarial de 9,75% (INPC acumulado em 2024, de 4,77%, acrescido da taxa real de juros de 4,75%), o que, em termos reais, representou obter 5,94% contra uma meta atuarial de 4,75% ao ano estabelecida para 2024, resultando em um ganho financeiro do Plano de 1,13% no exercício de 2024.

A **Variação das Provisões Matemáticas** apresentou um incremento no compromisso atuarial de 3,07%, comparado ao exercício de 2023, considerando o passivo atuarial, esse incremento foi 1,94%. No encerramento do exercício houve a alteração de premissas, conforme abaixo, mas que de forma geral foram apenas “atualizações” das premissas adotadas pelo plano:

- Alteração da Tábua de Entrada em Invalidez (de Americana Desagravada em 10% para Exp. El Reg. Geral 2014-2023): perda atuarial na ordem de R\$ 73;
- Alteração da Tábua de Morbidez (de Exp. Aux. Doença RegGeral 2016-2022 para Exp. Aux. Doença RegGeral 2016-2023): perda atuarial de R\$ 658,74;
- Tábua de Rotatividade (de Exp. Rot. RegGeral 2013-2022 para Exp. Rot. RegGeral 2014-2023): ganho atuarial na ordem de R\$ 45.

Considerando os eventos mencionados acima, bem como das movimentações cadastrais ocorridas entre os exercícios de 2023 e 2024 e do reflexo das revisões de benefícios decorrentes das ações judiciais, as provisões matemáticas apresentaram variação conforme esperado para planos de benefícios com estrutura técnica semelhante, quais sejam: o envelhecimento da massa de participantes e assistidos, o impacto decorrente da inflação do período, dentre outras variáveis inerentes ao funcionamento do Plano de Benefícios.

O ajuste de precificação foi R\$ 451.409 (R\$ 430.056, em 2023), conforme quadro abaixo:

Ajuste de Precificação						
Tipo	Quantidade	Vencimento	Taxa de Juros	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
NTN-B	19.680	15/08/2026	6,48%	87.659	89.887	2.229
NTN-B	15.000	15/08/2030	7,08%	64.246	71.300	7.054
NTN-C	76.000	01/01/2031	10,12%	562.977	701.639	138.663
NTN-B	175.272	15/05/2035	5,94%	779.803	852.921	73.118
NTN-B	91.304	15/08/2040	5,98%	411.238	464.290	53.053
NTN-B	354.748	15/05/2045	4,85%	1.790.877	1.821.221	30.343
NTN-B	193.912	15/08/2050	5,91%	880.111	1.027.061	146.950
Total do Ajuste de Precificação				4.576.910	5.028.320	451.409

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A Duração do Passivo do Plano, apurada, por meio do Sistema Venturo, resultou em 10,5978 anos.

Considerando o ajuste de precificação dos títulos públicos federais mantidos até o vencimento do plano de R\$ 451.409, o plano apresentou um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$ 36.170.

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2024	2023
a) Equilíbrio Técnico	(487.579)	(503.724)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	451.409	430.056
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(36.170)	(73.668)

Segundo a Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, considerando a Duração do Passivo do exercício avaliado de 10,5978 anos (em 2023, 10,8834 anos), o limite de Déficit Técnico Acumulado para Avaliação Atuarial de 2024 é de R\$ 514.736 (6,5978% das Provisões Matemáticas). Diante do exposto, não há necessidade de tratamento deste resultado técnico apurado, uma vez que o plano se encontra dentro dos limites estabelecidos pela legislação de solvência vigente.

Cálculo do Limite	2024	2023
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	7.314.052	7.065.194
Reservas Matemáticas (B)	7.801.631	7.568.918
Resultado Acumulado (C) = (A) - (B)	(487.579)	(503.724)
Ajuste de Precificação (IN Previc 10/2018) (D)	451.409	430.056
Déficit Técnico Apurado para fins de Equacionamento (E) = (C) + (D)	(36.170)	(73.668)
Limite de Déficit Técnico Acumulado (F) = (duration - 4)% de (B)	514.736	520.999
Déficit Técnico a ser Equacionado (G) = Máx (1% de (B)); valor de (E) que Ultrapassar (F)	-	-

13.4 Plano PrevMais

Em 2024, o Plano PrevMais apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 114.654 (R\$ 127.657 em 2023), que representa 20,23% das suas respectivas Provisões Matemáticas – Parcela de Benefício Definido. Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, até o limite de 21,6072% das Provisões Matemáticas, montante equivalente a R\$ 122.436, o superávit técnico acumulado deve ser contabilizado em Reserva de Contingência. Como o superávit técnico acumulado encontra-se dentro do limite permitido pela Resolução CNPC nº 30/2018, não há nenhuma ação necessária.

Equilíbrio Técnico	2024	2023
Reserva de Contingência	114.654	120.348
Reserva Especial para Revisão de plano	-	7.309
Total do Superávit Técnico Acumulado	114.654	127.657

A natureza do resultado obtido pelo Plano é de causas estruturais e conjunturais. Pode-se destacar os ganhos financeiros auferidos pelo Plano de benefícios e que superaram a meta atuarial estabelecida para o exercício de 2024, as variações cadastrais ocorridas entre os exercícios, bem como as alterações de hipóteses atuariais ocorridas no encerramento deste exercício.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Evolução - PrevMais	2024	2023
Equilíbrio Técnico de 2023 (Exercício Anterior)	127.657	94.008
(+) Resultado Líquido Previdenciais	53.317	47.399
(+) Cobertura de Despesas Administrativas	(10.153)	(9.647)
(+) Resultado Líquido dos Investimentos	243.620	359.271
(+) Variação das Provisões Matemáticas	(296.388)	(360.269)
(+) Variação do Fundo Previdencial	(3.260)	(3.120)
(+) Reversão/(Constituição) de Contingência - Gestão Previdencial	(139)	15
Equilíbrio Técnico de 2024	114.654	127.657
Ajuste de Precificação	-	-
Equilíbrio Técnico Ajustado - No Exercício	114.654	127.657

O **Resultado Líquido dos Investimentos**, no tocante a rentabilidade nominal auferida pelo plano para a cobertura dos Benefícios de Risco (parcela BD do plano), ao longo de 2024, foi de 10,93% contra uma meta atuarial nominal de 8,96% (INPC acumulado em 2024, de 4,77%, acrescido da taxa real de juros de 4,00%), o que, em termos reais, representou obter 5,88% contra uma meta atuarial de 4,00% ao ano estabelecida para 2024, resultando em um ganho financeiro do Plano de 1,81%.

A **Variação das Provisões Matemáticas** apresentou um incremento nos compromissos atuariais de 10,21%, explicado pela quantidade majoritária de participantes ativos em fase de acumulação de recursos, pelas variações cadastrais ocorridas entre os exercícios, bem como a concessão de benefício de invalidez e pensões vitalícias oriundas de participantes ativos.

Além disso, para o encerramento deste exercício houve a alteração das premissas atuariais, conforme abaixo:

- Alteração da Tábua de Morbidez (da Tábua Exp. Aux. Doença PrevMais 2016-2022 para Tábua Exp. Aux. Doença PrevMais 2016-2023): perda atuarial na ordem de R\$ 4.187.
- Alteração da Rotatividade (da Exp. Rot. PrevMais 2013-2022 para Exp. Rot. PrevMais 2014-2023): perda atuarial na ordem de R\$ 91.
- Alteração da Tábua de Entrada em Invalidez (da TASA 1927 desagravada em 40% para Exp. El PrevMais 2014-2023): ganho atuarial na ordem de R\$ 9.508).

O ajuste de precificação foi R\$ 84.222 (R\$ 67.715 em 2023), conforme quadro abaixo:

Ajuste de Precificação						
Tipo	Quantidade	Vencimento	Taxa de Juros	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
NTN-B	6.100	15/08/2026	6,38%	27.207	28.171	963
NTN-B	2.500	15/08/2030	6,49%	10.993	12.297	1.304
NTN-B	16.773	15/05/2035	6,35%	72.453	86.431	13.977
NTN-B	14.515	15/08/2040	5,88%	66.024	79.679	13.655
NTN-B	23.367	15/05/2045	5,98%	103.894	131.480	27.586
NTN-B	22.618	15/08/2050	5,64%	106.149	132.885	26.736
Total do Ajuste de Precificação				386.721	470.944	84.222

A Duração do Passivo do Plano, apurada, por meio do Sistema Venturo, resultou em 11,6072 anos.

Tendo o PrevMais apurado equilíbrio técnico superavitário e o ajuste precificação positivo, não há demonstração do equilíbrio técnico ajustado.

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2024	2023
a) Equilíbrio Técnico	114.654	127.657
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	114.654	127.657

14. Fundos

A seguir os saldos dos Fundos Previdencial, Administrativo e para Garantia das Operações com Participantes:

Evolução dos Fundos	Gestão Previdencial	Gestão Administrativa	Fundo para Garantia das Operações com Participantes	Consolidado
Saldo em 2023	13.549	141.978	14.516	170.043
Formação/(Reversão) de Fundos	3.260	(92.617)	1.755	(87.602)
Saldo em 2024	16.809	49.361	16.271	82.441

14.1 Gestão Previdencial

Os valores dos Fundos Previdenciais são compostos pelo Fundo de Reversão do Plano PrevMais, constituído pelas parcelas patronais não resgatáveis de Participantes por ocasião da perda do vínculo empregatício e destinadas à cobertura da Conta Coletiva do Plano ou à outra finalidade aprovada pelo Conselho Deliberativo do Economus, conforme consta no regulamento do Plano.

Descrição	2023	Constituições	Reversões	2024
Fundos Previdenciais - PrevMais	13.549	3.260	-	16.809
Patrocinador Banco do Brasil	13.549	2.978	-	16.527
Patrocinador Economus	-	282	-	282

14.2 Gestão Administrativa

O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir o pagamento das despesas relativas à manutenção da estrutura administrativa do Economus. É constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na equação entre receitas, despesas e rendimentos auferidos nos investimentos da Gestão Administrativa.

Participação no Fundo Administrativo	2023	Constituições	Reversões	2024
Fundo administrativo do Regulamento Complementar nº 1	6.105	-	(3.480)	2.625
Fundo administrativo do Regulamento Complementar nº 2	7.566	-	(4.695)	2.871
Fundo administrativo do Regulamento Geral	80.468	-	(53.166)	27.302
Fundo administrativo PrevMais	47.839	-	(31.276)	16.563
Total do Fundo Administrativo	141.978	-	(92.617)	49.361

Em 2024, o aumento da contingência administrativa deve-se, principalmente, ao processo judicial de recomposição do Patrimônio do Fundo FEAS, que foi encerrado com Acordo Judicial no valor de R\$ 192.851, firmado na ação judicial ajuizada pela Anapar. O Plano de Gestão Administrativo (PGA) ficou responsável pelo custeio da parcela de R\$ 107.851, conforme descrito na Nota Explicativa nº 11.1, que trata da recomposição do patrimônio.

14.3 Investimentos

Os Fundos para Garantias das Operações com Participantes (fundo de contingências de empréstimos) são constituídos de percentuais cobrados mensalmente nas prestações de empréstimos, estabelecidos de acordo com os regulamentos vigentes.

Descrição	2023	Constituições	Reversões	2024
Fundo do Regulamento Complementar nº 1	230	51	-	281
Fundo do Regulamento Complementar nº 2	133	24	-	157
Fundo do Regulamento Geral	9.228	829	-	10.057
Fundo do PrevMais	4.925	851	-	5.776
Total do Fundo para Garantia das Operações com Participantes	14.516	1.755	-	16.271

O Fundo destina-se à garantia de cobertura do saldo devedor de empréstimos a participantes.

15. Resultado Administrativo

Os registros das operações administrativas do Economus são efetuados no Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas sobras de custeio administrativo adicionado do rendimento auferido na carteira de investimentos e tem por objetivo a cobertura de despesas administrativas a serem realizadas pelo Economus na administração dos planos de benefícios, na forma dos respectivos regulamentos.

15.1 Receitas Administrativas

A composição das receitas administrativas é a seguinte:

Descrição	2024	2023
Gestão Previdencial	25.873	25.114
Contribuições dos Patrocinador (es)	12.453	12.088
Contribuições dos Participantes	13.287	12.877
Contribuições dos Autopatrocinados	28	25
Contribuições dos Participantes em BPD	105	124
Investimentos	16.130	15.130
Custeio Administrativo	14.352	13.443
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	1.778	1.687
Gestão Assistencial	27.395	27.583
Reembolso do Plano Assistencial	27.395	27.583
Diretas	1	7
Ganho na Venda de Ativo Imobilizado	1	7
Atualização de Depósito Judicial/Recursais	13	9
Atualização de Depósito Judicial/Recursais	13	9
Resultado Positivo dos Investimentos	9.710	15.737
Resultado Positivo dos Investimentos	9.710	15.737
Outras Receitas	2.148	71
Reembolso de Custas Judiciais - Regulamento Complementar nº 1 e nº 2	2.145	3
Recuperação de Despesas (Exercícios Anteriores)	3	68
Total das Receitas Administrativas	81.270	83.651

15.2 Despesas Administrativas

As despesas administrativas correspondem aos gastos realizados pelo Economus para administração dos planos de benefícios, planos assistenciais e das carteiras de investimentos, conforme segue:

Descrição	2024	2023
Administração Previdencial e Assistencial	63.349	59.696
Pessoal e Encargos	38.395	39.616
Treinamentos, Congressos e Seminários	484	332
Viagens e Estadias	84	30
Serviços de Terceiros	19.544	15.158
Despesas Gerais	3.594	3.362
Depreciação e Amortização	309	264
Tributos	939	934
Total das Despesas Administrativas	63.349	59.696

As despesas administrativas das áreas vinculadas diretamente às gestões previdencial, de investimentos e assistencial são registradas nos respectivos grupamentos contábeis no ato da ocorrência do fato contábil.

As despesas originadas nas demais áreas (Administração, Atendimento, Comunicação, Contabilidade, Controladoria, Gestão de Pessoas, Tecnologia etc.) são registradas nas contas contábeis da gestão previdencial e segregadas para as gestões de investimentos e assistencial, ao final de cada mês, por meio de critérios preestabelecidos.

O critério de rateio das despesas administrativas atende a legislação vigente e às boas práticas de governança. Leva em conta a diversidade de tarefas na administração dos planos previdenciais e assistenciais, uma vez que pondera número de participantes nos planos, situação de cada um deles, os respectivos processos de trabalho, quantidade de guias de atendimento assistenciais com os respectivos pesos operacionais (complexidade), além do tamanho e composição do patrimônio investido.

Os critérios para a segregação contábil das despesas administrativas do Economus tiveram a seguinte distribuição entre as gestões previdencial, de investimento e assistencial:

Distribuição das Despesas Administrativas												
Gestão	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Previdência	38,54%	36,49%	39,92%	35,31%	39,32%	41,73%	48,32%	41,77%	38,24%	41,68%	42,39%	42,01%
Investimento	23,20%	10,79%	16,13%	13,43%	19,85%	18,10%	11,22%	14,58%	19,68%	15,02%	16,45%	16,12%
Assistência	38,26%	52,73%	43,95%	51,25%	40,84%	40,17%	40,46%	43,65%	42,08%	43,31%	41,16%	41,86%
Total	100%											

Em conformidade com as normas publicadas pelos órgãos federais competentes e fiscalizadas pela Previc, todas as despesas administrativas contabilizadas no PGA, atribuídas à administração assistencial, são reembolsadas integralmente pelos planos de assistência à saúde, conforme segue:

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	2024	2023
Administração Previdencial e dos Investimentos	35.954	32.113
Pessoal e Encargos	22.684	21.329
Treinamentos, Congressos e Seminários	348	191
Viagens e Estadias	55	17
Serviços de Terceiros	9.742	7.862
Despesas Gerais	1.988	1.665
Depreciação e Amortização	222	151
Tributos	915	898
Administração Assistencial (100% reembolsado pelo Assistencial)	27.395	27.583
Pessoal e Encargos	15.711	18.288
Treinamentos, Congressos e Seminários	137	141
Viagens e Estadias	29	13
Serviços de Terceiros	9.801	7.296
Despesas Gerais	1.606	1.697
Depreciação e Amortização	87	112
Tributos	24	36
Total das Despesas Administrativas	63.349	59.696

15.3 Constituição do Fundo Administrativo

O fundo administrativo resulta da diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescido das provisões e reversões contingenciais e do resultado dos investimentos, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2024	2023
(+) Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	25.873	25.114
(+) Custeio Administrativo dos Investimentos	14.352	13.443
(+) Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	1.778	1.687
(+) Atualização de Depósitos Judiciais/Recurais	13	9
(+) Receitas Diretas	1	7
(+) Outras Receitas	2.148	71
(-) Despesas da Administração Previdencial	(35.954)	(32.113)
(+) Reembolso da Gestão Assistencial	27.395	27.583
(-) Despesas da Administração Assistencial	(27.395)	(27.583)
(=) Sobras do Custeio Administrativo	8.211	8.218
(+/-) Contingências Administrativas	(110.538)	(7.810)
(+/-) Resultado dos Investimentos Administrativos	9.710	15.737
(=) Constituição/Reversão do Fundo Administrativo	(92.617)	16.145

Em 2024, o aumento da contingência administrativa deve-se, principalmente, ao encerramento do processo de recomposição do Patrimônio do Fundo FEAS, que foi concluído com Acordo Judicial no valor de R\$ 192.851, firmado na ação judicial movida pela Anapar. O Plano de Gestão Administrativo (PGA) ficou responsável pelo custeio da parcela de R\$ 107.851, conforme descrito na Nota Explicativa nº 11.1, que trata da recomposição do patrimônio.

16. Resultado dos Investimentos

16.1 Resultado Bruto por Tipo de Emissor

O resultado bruto dos investimentos está representado pelas variações positivas, deduzidas das variações negativas, conforme abaixo:

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Por Tipo de Emissor	9.300	9.980	6.354	7.166	675.367	598.378	250.294	365.597	9.710	15.737	951.025	996.858
Notas do Tesouro Nacional	6.580	6.223	4.332	4.902	647.967	489.492	51.105	67.219	-	-	709.984	567.836
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	1.050	1.123	1.050	1.123
Ativos Financeiros de Crédito Privado	(57)	940	(98)	343	2.979	18.726	(1.077)	38.594	-	514	1.747	59.117
Renda Variável	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de Invest. (Renda Fixa)	1.852	1.906	1.785	1.523	21.257	32.012	199.099	214.025	8.753	14.190	232.746	263.656
Fundos de Invest. (Ações)	-	-	-	-	(12.792)	31.675	(16.129)	29.160	-	-	(28.921)	60.835
Fundos de Invest. (Multimercado)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de Invest. (Direito Creditório)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de Invest. (Participações)	-	-	-	-	(3.430)	3.387	(79)	(35)	-	-	(3.509)	3.352
Fundos de Invest. (Imobiliário)	-	-	-	-	(520)	5.361	-	-	-	-	(520)	5.361
Investimentos em Imóveis	-	-	-	-	8.345	1.789	-	-	-	-	8.345	1.789
Operações com Participantes	937	921	343	406	10.008	9.500	17.491	16.790	-	-	28.779	27.617
Atualização de Depósito Judicial	-	-	-	-	647	-	-	-	-	-	647	-
Relacionados com o Disponível	(2)	(1)	(2)	(1)	(127)	(109)	(12)	(5)	(91)	(88)	(234)	(204)
Precatórios	-	-	-	-	1.513	6.958	-	-	-	-	1.513	6.958
Outros Realizáveis	(10)	(9)	(6)	(7)	(480)	(413)	(104)	(151)	(2)	(2)	(602)	(582)
Dos Planos	(246)	(231)	(141)	(142)	(10.797)	(10.855)	(6.674)	(6.326)	-	-	(17.858)	(17.554)
Contingências de Investimentos	-	-	-	-	29	(29)	-	-	-	-	29	(29)
Despesas Adm. de Investimentos	(194)	(181)	(117)	(113)	(9.998)	(9.644)	(5.822)	(5.193)	-	-	(16.131)	(15.131)
Fundos para Garantia das Operações	(52)	(50)	(24)	(29)	(828)	(1.182)	(852)	(1.133)	-	-	(1.756)	(2.394)
Resultado Positivo dos Investimentos	9.054	9.749	6.213	7.024	664.570	587.523	243.620	359.271	9.710	15.737	933.167	979.304

16.2 Resultado do Fluxo dos Investimentos

O resultado positivo obtido na apuração do fluxo dos investimentos em 2024 está demonstrado a seguir:

Descrição	2024	2023
Resultado da Gestão Previdencial	923.457	963.567
Fluxo dos Investimentos Regulamento Complementar nº 1	9.054	9.749
Fluxo dos Investimentos Regulamento Complementar nº 2	6.213	7.024
Fluxo dos Investimentos do Regulamento Geral	664.570	587.523
Fundo dos Investimentos PrevMais	243.620	359.271
Resultado da Gestão Administrativa	9.710	15.737
Fluxo dos Investimentos do PGA	9.710	15.737

17. Transações Entre Partes Relacionadas

As partes relacionadas da Entidade podem ser assim consideradas: os patrocinadores e seus administradores, compostos pelos membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade.

As transações com o patrocinador Banco do Brasil S.A. são as seguintes:

Descrição	2024	2023
Ativo	6.529	11.703
Disponível	54	55
Depósitos Judiciais e Recursais do Regulamento Complementar nº 1 e nº 2	6.259	11.323
Investimentos Imobiliários	215	326
Resultado	2.603	2.462
Resultado dos Investimentos Imobiliários	2.603	2.462

Remuneração da Administração

O Economus considerou como pessoal-chave da administração os integrantes da Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo. Os valores com os benefícios e encargos de curto prazo no exercício de 2024 somaram R\$ 3.278 (R\$ 2.925, em 2023) e R\$ 345 (R\$ 333, em 2023), respectivamente.

Transações com Pessoas Jurídicas

O quadro abaixo evidencia os contratos de prestação de serviço vigentes no Economus junto ao Patrocinador:

Transações com Pessoas Jurídicas			
Empresa	Natureza	Valores (Em Reais)	Vigência
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL CNPJ: 28.196.889/0001-43	SEGURO DE VIDA EM GRUPO PARA EMPREGADOS DO ECONOMUS	Variável, calculado com base na quantidade de empregados/mês. Taxa de 0,01230% a.m. Valor estimado de R\$ 11.552,10/ano	30/08/2024 a 30/08/2025
BB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S/ CNPJ: 31.591.399/0001-56	CARTÃO ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO PARA OS EMPREGADOS DO ECONOMUS	Não há cobrança de taxa.	Indeterminado
ALELO S.A CPNJ: 04.740.876/0001-25	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CARTÃO PRÉ-PAGO - ALELO	Variável, calculado com base no valor da fatura mensal do cartão. Taxa de 2,25% a.m. Valor estimado de R\$ 2.065,56/ano	Indeterminado
BRASILDENTAL OPERADORA DE PLANOS ODONTOLÓGICOS S.A. CNPJ: 19.962.272/0001-09	CONTRATO DE OPERAÇÃO DE PLANO PRIVADO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PLANO ODONTOLÓGICO COLETIVOS EMPRESARIAL	Variável de acordo com o número de funcionários, R\$ 15,68/titular	01/01/2023 a 01/01/2026
BANCO DO BRASIL S.A. CNPJ: 00.000.000/0001-91	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS - CUSTÓDIA	Variável, sendo a tarifa de 0,01% a.a. sobre o patrimônio custodiado. O valor estimado é de R\$ 471.437,16/ano.	10/10/2022 a 09/10/2025
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL CNPJ: 28.196.889/0001-43	SEGURO DO IMÓVEL DO ECONOMUS	Valor total do Seguro R\$ 2.332,67	26/05/2024 a 26/05/2025

18. Gestão Assistencial

O Economus apresenta separadamente o conjunto completo de demonstrações contábeis dos planos de assistência à saúde para o exercício findo em 31/12/2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela ANS.

As receitas e despesas assistenciais constantes na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social ('DMPS') – Consolidada, item 6. Gestão Assistencial representam o Resultado Líquido dos Planos Assistenciais.

Nos demonstrativos contábeis consolidados, elaborados em conformidade com os normativos do CNPC e Previc, são apresentados apenas os saldos totais do ativo e do passivo do Segmento Gestão Assistencial, bem como os movimentos patrimoniais ocorridos no plano assistencial. Os valores de forma analítica são apresentados nos demonstrativos assistenciais elaborados em conformidade com as normas da ANS.

Para o exercício findo em 31/12/2024, as demonstrações contábeis foram concluídas, mantendo-se premissas e procedimentos de anos anteriores, destacando:

18.1 Ações Judiciais que determinam a manutenção das condições originais (Planos de saúde - Feas Básico e Feas PAMC)

No que diz respeito às sentenças judiciais que determinaram a manutenção das condições originais dos planos Feas Básico e Feas PAMC, a Diretoria Executiva, observando a natureza da operadora de saúde como autogestão, assim como as características dos planos Feas (planos coletivos por

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

adesão e com formação de preço pós estabelecido), preserva o entendimento sobre o tratamento contábil adotado.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS na Nota Técnica de Acompanhamento Econômico-Financeiro (NTAEF) nº 281/2024, baseada nos dados do DIOPS do 2º trimestre/2024, dos Relatórios dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras de 2023 e os demais periódicos, nos Ofícios e Documentos Complementares apresentados pelo Economus, nas demais informações econômico-financeiras de envio obrigatório e, ainda tomando por base as considerações da NTAEF nº 71/2024, conclui conforme a seguir:

“7.6. Desta forma, considerando que todas as desconformidades e inconsistências apontadas pelo monitoramento com base no 3º trimestre/2023 foram sanadas, e que a operadora encontra-se enquadrada em relação aos indicadores econômico-financeiros, provisões técnicas de operações de assistência à saúde, capital regulatório e ativos garantidores financeiros, compreende-se, desta forma, que as desconformidades aqui identificadas não são relevantes e não comprometerão a avaliação da situação econômico-financeira, entendendo assim que a Operadora ECONOMUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL, Registro ANS nº 34.261-1, encontra-se em conformidade econômico-financeira e deve ser mantida na área de acompanhamento regular, conforme §1º, do artigo 11, da Resolução Normativa - RN nº 532/2022”.

Essa conclusão suporta o entendimento do Economus que adota o tratamento contábil apropriado às decisões judiciais que determinaram a manutenção das condições originais dos planos Feas Básico e Feas PAMC. Tal prática, portanto, não estaria em desconformidade com as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pela ANS.

19. Aprovação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do seguimento da Gestão Previdencial foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, em 27 de fevereiro de 2025.

20. Outras Informações

20.1. Investimento em controlada – Desmobilização

Em outubro/2022, foi concluído o processo de incorporação da Economus - Administradora e Corretora de Seguros Ltda. pelo Administrativo Assistencial, Gestão assistencial do Economus. Os ativos e passivos objeto da incorporação descritos no Laudo de Avaliação realizado por uma empresa de avaliação externa e independente. O Laudo de Avaliação foi elaborado com base no acervo líquido contábil na data base de 31/08/2022 (“Data de Corte”) (data definida conforme o Balanço Patrimonial da Incorporada usado para erigir o referido laudo), nos termos análogos do Artigo 8º da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e suas alterações posteriores, incluindo a Lei nº 10.303, de 31/10/2001 (“Lei das Sociedades por Ações”), tudo em conformidade com o previsto no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação. Foi incorporado ao patrimônio líquido negativo contábil de R\$ 179.702,04 (cento e setenta e nove mil setecentos e dois reais e quatro centavos).

A Incorporação resultou, dentre outras vantagens, em redução dos custos incidentes do processo de liquidação extrajudicial da Corretora (administrativos e de gestão).

20.2. Alterações Normativas e Impactos Contábeis

Durante o exercício social de 2024, foram implementadas alterações normativas no âmbito das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, as quais apresentados a seguir:

a) Resolução CNPC Nº 62, de 9 de dezembro de 2024.

A Resolução CNPC 62/2024, revogou os artigos 24 a 29 da Resolução CNPC 43/2021 e a íntegra da Resolução CNPC 48/2021, dispõe sobre o plano de gestão administrativa, os fundos administrativos, o orçamento, as fontes de custeio administrativo e as receitas e despesas da gestão administrativas das entidades fechadas de previdência complementar, e sobre os limites e critérios específicos aplicáveis aos custeio das entidades e planos de benefícios regidos pela Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001. Em que pese a publicação do normativo tenha ocorrida em 9 de dezembro de 2024, os efeitos normativos entrarão em vigência a partir de 24 de março de 2025.

A administração do Economus vem adotando as medidas administrativas necessárias para assegurar a conformidade com as novas exigências, incluindo a atualização do regulamento do plano de gestão administrativa, dos normativos internos e sistemas de controle.

21. Eventos subsequentes

Até a data de assinatura das Demonstrações Contábeis, não ocorreram eventos subsequentes que pudessem impactar sua apresentação ou interpretação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com as demonstrações e notas explicativas detalhadas acima referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Frederico Guilherme F. de Queiroz Filho
Presidente

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Saúde e Relacionamento

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigion Horta Fernandes
Contador

